



Rio Grande do Norte
Assembleia Legislativa

PREGÃO ELETRÔNICO

90014/2026 - Portal de Compras do Governo Federal – <https://www.gov.br/compras/pt-br>

CONTRATANTE (UASG)

926697 – Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Norte

OBJETO

Registro de preços para eventual e futura aquisição de Materiais de Pequenos Reparos.

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

28 de abril de 2026, às 09h (nove horas) - horário de Brasília/DF.

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

Menor preço por item

MODO DE DISPUTA:

Aberto e fechado



Rio Grande do Norte
Assembleia Legislativa

EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2026
Processo Administrativo nº 007086/2025-68
ID COMPRASNET Nº 90014/2026
UASG: 926697

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que a ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, por meio da Divisão de Licitações, sediada Rua Jundiaí, 481, Tirol – Natal/RN, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, das Resoluções nº 05/2023, nº 07/2023, Atos da Mesa nº 2530/2023 e nº 2531/2023, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

Data da sessão: 28 de abril de 2026.

Horário: 09h (nove horas) - Horário de Brasília

Local: Portal de Compras do Governo Federal – <https://www.gov.br/compras/pt-br>

1. DO OBJETO

- 1.1. O objeto da presente licitação é o Registro de preços para eventual e futura aquisição de Materiais de Pequenos Reparos, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste e seus anexos.
- 1.2. A licitação será do tipo menor preço por item.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

- 2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

- 3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).
 - 3.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.
- 3.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
- 3.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.



3.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.5. A participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e Lei Complementar Estadual 675, de 2020.

3.5.1. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

3.6. Não poderão disputar esta licitação:

3.6.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.6.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.6.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.6.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.6.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.6.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.6.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.6.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

3.6.9. pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

3.6.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.6.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.7. O impedimento de que trata o item 3.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.8. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.6.2 e 3.6.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação,



de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.9. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.10. O disposto nos itens 3.6.2 e 3.6.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.11. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

A vedação de que trata o item 3.6.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 8.1.1 e 8.5.1 deste Edital.

4.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.4.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.4.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.4.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.4.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.



4.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021](#).

4.6.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

4.7. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.8. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.4 ou 4.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

4.9. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.10. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.11. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.12. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

4.12.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

4.12.1. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

4.12.2. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

4.12.3. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

4.12.4. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

4.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 4.12 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.



4.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

- 5.1.1. valor unitário e total do item;
- 5.1.2. Marca;
- 5.1.3. Fabricante;
- 5.1.4. Quantidade.

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.7.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a 90 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação.

5.7.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

5.8. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES



- 6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor global.
- 6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 0,01 (um centavo).
- 6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 6.10. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.
 - 6.10.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
 - 6.10.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
 - 6.10.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.
 - 6.10.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 6.11. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 6.12. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 6.13. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 6.14. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.



6.15. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.16. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.17. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

6.17.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.17.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.17.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.17.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.18. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

6.18.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

6.18.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.18.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

6.18.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.18.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.18.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.18.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;



6.18.2.2. empresas brasileiras;

6.18.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.18.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

6.19. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.20. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.21.

6.21.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.21.2. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.21.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.21.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.21.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.22. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6.23. PARA EFEITO DE LANCES E ELABORAÇÃO DAS PROPOSTAS ENCAMINHADAS AO PREGOEIRO, AS EMPRESAS LICITANTES DEVERÃO CONSIDERAR AS DESCRIÇÕES DOS MATERIAIS CONSTANTES DO EDITAL E SEUS ANEXOS. AS ESPECIFICAÇÕES ORIUNDAS DO CATMAT (SISTEMA COMPRASGOVERNAMENTAIS) DEVERÃO SER DESCONSIDERADAS, POIS DIVERGEM DO EDITAL OU ESTÃO INCOMPLETAS.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e no item 3.5 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. SICAF;

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

7.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).



7.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o [artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. ([IN nº 3/2018, art. 29, caput](#))

7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. ([IN nº 3/2018, art. 29, §1º](#)).

7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. ([IN nº 3/2018, art. 29, §2º](#)).

7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens deste edital.

7.5. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no [artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

7.6. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.6.1. conter vícios insanáveis;

7.6.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

7.6.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

7.6.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.6.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.7. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.7.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

7.7.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.7.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.8. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

7.9. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

7.9.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;



7.9.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.10. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos previstos no Termo de Referência (item , necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

8.2. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.3. A habilitação será verificada por meio do Sicafe, nos documentos por ele abrangidos.

8.3.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. ([IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º](#)).

8.4. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicafe e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. ([IN nº 3/2018, art. 7º, caput](#)).

8.4.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. ([IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único](#)).

8.5. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.5.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicafe serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2h (duas horas), prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

8.5.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no [§ 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

8.6. A verificação no Sicafe ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.6.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.



8.6.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

8.6.3. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):

8.6.4. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

8.6.5. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.7. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.8. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 8.5.1.

8.9. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8.10. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

8.11. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

8.12. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

8.13. A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a decadência do direito de contratar, uma vez que a comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas, empresas de pequeno porte, microempreendedores individuais e equiparados será exigida nas Licitações Públicas de forma diferenciada e para efeito de assinatura dos contratos, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

8.14. A abertura da fase recursal em relação ao resultado do certame ocorrerá após o prazo de regularização fiscal e trabalhista de que trata o subitem 8.12.



9. DOS DOCUMENTOS RELATIVOS À HABILITAÇÃO

9.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA

9.1.1. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.1.2. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.1.3. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.1.4. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

9.1.5. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.1.6. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.1.7. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.2. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

9.3. HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

9.3.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.3.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.3.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);



9.3.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.3.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.3.6. Prova de regularidade com a Fazenda [Estadual/Distrital] e [Municipal/Distrital] do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.4. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.5. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

9.6. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

9.6.1. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

10. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 5 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

10.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

- (a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e
- (b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

10.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

10.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

10.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgação do PNCP disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

10.6. **A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.**



10.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

11. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVAS

11.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

11.1.1. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

11.1.2. dos licitantes que mantiverem sua proposta original.

11.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

11.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

11.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

11.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

11.3.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

11.3.2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas no Ato nº 2532/2023.

11.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

11.4.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

11.4.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição

12. DO TERMO DE CONTRATO

12.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente.

12.2. O adjudicatário terá o prazo de [5] dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

12.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá: a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no



prazo de [5] dias úteis, a contar da data de seu recebimento; b) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até [5] dias úteis; ou c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de [5] dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

12.4. *O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:*

12.4.1 *referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;*

12.4.2 *a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas neste Edital;*

12.4.3 *a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.*

12.5. Os prazos dos itens 12.2 e 12.3 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

12.6. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

12.7. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

12.8. A existência de registro no Cadin constitui fator impeditivo para a contratação.

13. DOS RECURSOS

13.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

13.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

13.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

13.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer será de 10 (dez) minutos.

13.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

13.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

13.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

13.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.



13.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

13.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no endereço rua Jundiaí, 481, Tirol – Natal/RN, na Divisão de Licitações da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Norte ou pelo <https://legispad.al.rn.leg.br/publico/pesquisa-processo>.

14. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

14.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

14.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

14.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

14.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

14.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

14.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

14.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

14.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

14.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

14.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

14.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

14.1.5. fraudar a licitação

14.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

14.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

14.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

14.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

14.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

14.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

14.2. Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

14.2.1. advertência;

14.2.2. multa;

14.2.3. impedimento de licitar e contratar e



14.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

14.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

14.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

14.3.2. as peculiaridades do caso concreto

14.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes

14.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública

14.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

14.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **10 (dez) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.

14.4.1. Para as infrações previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

14.4.2. Para as infrações previstas nos itens 14.1.4, 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7 e 14.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

14.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

14.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

14.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

14.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 14.1.4, 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7 e 14.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

14.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 14.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

14.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.



14.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

14.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

14.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

14.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

15. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

15.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

15.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

15.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo e-mail licitacoes@al.rn.leg.br

15.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

15.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

15.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

16.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

16.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

16.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

16.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.



Rio Grande do Norte
Assembleia Legislativa

16.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

16.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

16.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

16.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

16.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico www.al.rn.leg.br

16.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

16.11.1. ANEXO I - Termo de Referência

16.11.2. ANEXO II – Modelo de Declaração de Parentesco;

16.11.3. ANEXO III – Minuta da ARP;

16.11.4. ANEXO III – Minuta do Contrato.

Natal/RN, 10 de abril de 2026.

Thiago Antunes Bezerra
Pregoeiro



Processo Nº: 007086/2025-68

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO (Inciso I do Art. 2º do Anexo V do Ato de Mesa 2531/2023)

Definição do objeto

- 1.1. Registro de preços para eventual e futura aquisição de Materiais de Pequenos Reparos, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.
- 1.2. A descrição detalhada dos itens consta no **Anexo I**.
- 1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Ato da Mesa nº 2530, de 29 de dezembro de 2023.
- 1.4. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado.

Justificativa para a contratação

- 1.5. A Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte, enquanto órgão público e com diversos anexos administrativos, demanda com frequência a realização de pequenos reparos de natureza predial, elétrica, hidráulica e de infraestrutura em geral. Tais reparos, em sua maioria, não exigem mão de obra especializada contratada via contrato de manutenção predial, mas sim a disponibilidade imediata de insumos básicos e de uso recorrente, tais como abraçadeiras, adaptadores, buchas, parafusos, fitas isolantes, entre outros materiais de baixo custo unitário.
- 1.6. O problema central identificado é a ausência de um estoque regular e controlado desses itens essenciais, o que acaba dificultando a execução de serviços de pequena complexidade que, pela sua natureza, poderiam ser resolvidos de forma ágil pela equipe de apoio interno. Quando esses materiais não estão disponíveis, situações simples, como a fixação de equipamentos, a substituição de peças de sustentação, o ajuste de conexões hidráulicas ou a correção pontual de tomadas e interruptores, acabam se transformando em demandas mais onerosas e demoradas, pois precisam aguardar a mobilização de contratos de manutenção.
- 1.7. Tal cenário gera entraves operacionais, aumenta a dependência de contratos externos e compromete a conservação preventiva das instalações físicas da Casa Legislativa, prejudicando o pleno funcionamento das atividades administrativas e parlamentares.

2. FORMA DE CONTRATAÇÃO (Inciso II do Art. 2º do Anexo V do Ato de Mesa 2531/2023)

- 2.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO POR ITEM.
- 2.2. Será adotado o Sistema de Registro de Preços - SRP, com fundamento no Art. 3º, III, do Ato da Mesa 2532/2023.
- 2.3. Será dispensada a adoção de Intenção de Registro de Preços, conforme justificativa presente no Estudo Técnico Preliminar.



Possibilidade de subcontratação

2.4. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (Inciso III do Art. 2º do Anexo V do Ato de Mesa 2531/2023)

DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA

Critérios e Práticas de Sustentabilidade (inciso XVII do art. 2º do anexo v do ato de mesa 2531/2023)

3.1. Os bens devam ser acondicionados em embalagem adequada, com o menor volume possível.

3.2. Os bens devem não conter substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

Habilitação Jurídica

3.3. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.

3.4. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>.

3.5. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

3.6. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020.

3.7. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

3.8. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

3.9. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

3.10. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.



Habilitação fiscal, social e trabalhista

- 3.11. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso.
- 3.12. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- 3.13. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).
- 3.14. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo DECRETO-LEI Nº 5.452, DE 1º DE MAIO DE 1943.
- 3.15. Certidão Negativa de Inidoneidade e Impedimento junto ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS).
- 3.16. Certidão Negativa de Inidoneidade e Impedimento junto ao Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP).
- 3.17. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.
- 3.18. Prova de regularidade com a Fazenda do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre.
- 3.19. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 3.20. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

- 3.21. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II).

4. FORMALIZAÇÃO, PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO E POSSIBILIDADE DE PRORROGAÇÃO (Inciso IV do Art. 2º do Anexo V do Ato de Mesa 2531/2023)

Prazo de vigência

- 4.1. A Ata de Registro de Preços terá vigência de 1 (um) ano, admitida a prorrogação por igual período, conforme disposto no Art. 84 da Lei nº 14.133/2021.
- 4.2. O contrato ou instrumento equivalente oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.



Justificativa para possibilidade de renovação do prazo e dos quantitativos da ARP

4.3. A critério da Administração e desde que comprovada a vantajosidade dos preços, os quantitativos e o prazo de vigência da ARP poderão ser renovados, pois essa medida contribui para a otimização da eficiência processual, eliminando a necessidade de um novo processo licitatório e garantindo maior agilidade na aquisição;

4.4. Além disso, permite à administração pública assegurar condições comerciais mais vantajosas, resultando em economia e melhor planejamento orçamentário; e, por fim, essa previsão incentiva o cumprimento das obrigações contratuais pelos fornecedores.

5. MODELO DE GESTÃO (Inciso I do Art 2º do Anexo V do Ato de Mesa 2531/2023)

5.1. O servidor Isis Luana Torquato de Lima Teixeira, matrícula nº 209.603-3 será fiscal titular, e o servidor George Marinho Melo, matrícula nº 202.880-0, será fiscal substituto, E-mail: cial@al.rn.leg.br, Telefone: 31320061, e exercerão a fiscalização da contratação, registrando todas as ocorrências e deficiências em relatório, cuja cópia será encaminhada à contratada, mediante notificação, objetivando a imediata correção das irregularidades apontadas; também, adotarão as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais.

5.2. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da execução do objeto e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o seu perfeito cumprimento.

5.3. A fiscalização exercida no interesse do órgão contratante, não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ou ainda resultante de imperfeições, emprego de material inadequado ou de qualidade dos serviços, tendo-se que a sua ocorrência não implica corresponsabilidade do poder público ou de seus agentes e prepostos.

5.4. O Fiscal verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

5.5. As comunicações entre a ALRN e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

5.6. A Divisão de Gestão de Contratos e Convênios e o fiscal designado estabelecerão todos os contatos durante a execução do contrato, nos termos da legislação.

5.7. A Divisão de Gestão de Contratos e Convênios poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

5.8. Ao final do contrato, caberá ao fiscal emitir relatório quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho e eventuais penalidades aplicadas durante a execução contratual.

6. PRAZO PARA ENTREGA DO OBJETO (Inciso VI do Art. 2º do Anexo VI do Ato de Mesa 2531/2023)

6.1. O prazo de entrega dos bens é de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da Nota de Empenho.



7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA (Inciso VII do Art. 2º do Anexo V do Ato de Mesa 2531/2023)

7.1. A contratada deve cumprir todas as obrigações constantes deste Termo de Referência e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

7.1.1. Manter preposto aceito pela Administração para representá-lo na execução da contratação, o qual poderá ser recusado pela Contratante, desde que devidamente justificado, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

7.1.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal da contratação ou autoridade superior (Lei nº 14.133/2021, art. 137, II) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

7.1.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

7.1.4. Não contratar, durante a vigência da contratação, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor da contratação, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

7.1.5. Manter durante toda a vigência da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na contratação;

7.1.6. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento da contratação;

7.1.7. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

7.1.8. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

7.1.9. Cumprir todas as obrigações e disposições previstas no Termo de Referência e na Nota de Empenho emitida pela Contratante, que substituirão, para todos os efeitos legais, o contrato quando este não for formalizado em instrumento próprio, inclusive quanto às infrações e aplicação de penalidades.

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

8.1. Além das obrigações resultantes da aplicação da Lei nº 14.133/2021, a contratante deverá ainda:

8.2. Averiguar, durante a vigência da contratação, todas as condições de habilitação e qualificação por parte da contratada, bem como para que seja mantida a sua compatibilidade com as obrigações assumidas;



- 8.3. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
- 8.4. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da contratada, no que couber.
- 8.5. Cientificar autoridade superior para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela contratada;
- 8.6. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução da presente contratação, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.
- 8.7. Na ausência de instrumento contratual formal, os termos estabelecidos no Termo de Referência deverão fazer parte da Nota de Empenho, vinculando as partes conforme as disposições contidas no Ato da Mesa nº 2531/2021 e da Lei 14.133/2021, garantindo-se o fiel cumprimento das obrigações acordadas.

9. REGIME DE EXECUÇÃO OU FORNECIMENTO (Inciso VIII do Art. 2º do Anexo V do Ato de Mesa 2531/2023)

- 9.1. A Contratada deverá proceder à entrega dos produtos objeto deste Termo, na quantidade solicitada, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da Nota de Empenho;
- 9.2. Somente em casos excepcionais, devidamente comprovados, poderá ser concedida, a critério da contratante, prorrogação dos prazos descritos nesta cláusula;
- 9.3. A entrega dos itens deverá ser realizada no ALMOXARIFADO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, localizado na Praça 7 de Setembro, 120, Cidade Alta, Natal/RN, no horário das 08h às 14h de segunda a sexta-feira, exceto nos feriados e dias facultativos, correndo por conta da Contratada todas as despesas de embalagem, seguro, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes do fornecimento;
- 9.4. Todos os itens devem ser entregues em perfeito estado, sem amassados, em embalagens que garantam a sua integridade física, nas condições e temperatura indicados pelo fabricante; sendo acompanhados, quando for o caso, do manual que deve estar em língua portuguesa.
- 9.5. Os custos de substituição de itens rejeitados correrão exclusivamente às expensas da Contratada, sendo vedado à fiscalização se responsabilizar pelo encaminhamento dos bens rejeitados.
- 9.6. A garantia dos itens será de responsabilidade exclusiva da Contratada, sendo vedada sua transferência para terceiros.
- 9.7. Durante o período de garantia, o contratado uma vez notificado finalizará a reparação ou realizará a substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da notificação.

Do recebimento

- 9.8. O recebimento seguirá o normativo interno da ALRN e o disposto no art. 140 e seguintes, da Lei nº 14.133/2021, conforme exposto a seguir:



9.8.1. Provisoriamente, no ato da entrega, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, com verificação posterior da conformidade do material com as exigências contratuais; e

9.8.2. Definitivamente, no prazo máximo 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento provisório, após a verificação mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais;

9.9. Se, após o recebimento provisório, constatar-se que os bens foram fornecidos em desacordo com as especificações contidas no contrato firmado, na respectiva proposta de preços e neste Termo de Referência, depois da licitante contratada ser devidamente notificada/comunicada, esta terá o prazo improrrogável de 5 (cinco) dias úteis para entregá-los, desta vez, dentro das referidas especificações.

9.10. Enquanto pendente a solução, pela Contratada, das inconsistências verificadas na execução do objeto ou durante o recebimento dos bens, fica a Contratante desobrigada em processar o pagamento.

9.11. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência, na proposta, e neste instrumento, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

9.12. O recebimento definitivo do objeto deste Certame não exclui a responsabilidade da licitante contratada quanto aos vícios ocultos, ou seja, só manifestados quando da sua normal utilização pela ALRN, nos termos do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/90).

10. PREVISÃO DE PENALIDADES POR DESCUMPRIMENTO CONTRATUAL (Inciso IX do Art. 2º do Anexo V do Ato de Mesa 2531/2023)

10.1. As penalidades que permeiam a contratação se encontram previstas na Resolução nº 07/2023/ALRN, sem prejuízo daquelas dispostas na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, consubstanciando-se nas seguintes infrações:

- A) dar causa à inexecução parcial do contrato;
- B) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- C) dar causa à inexecução total do contrato;
- D) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- E) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- F) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- G) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- H) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- I) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- J) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- K) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- L) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.



10.2. A ocorrência de infrações contratuais, garantido o exercício do contraditório e da ampla defesa, poderá ensejar a aplicação de seguintes penalidades, os termos da Resolução nº 07/2023/ALRN, sem prejuízo daquelas dispostas na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021:

I. advertência

- A) Nos casos em que este der causa à inexecução parcial do contrato, desde que não se justifique a imposição de penalidade mais grave, determinando que seja sanada a impropriedade e notificando que, em caso de reincidência, sanção mais elevada poderá ser aplicada.

II. multa

- A) por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021.
- B) multa poderá ser aplicada respeitando os seguintes percentuais:
- a. de 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor da proposta, nos casos em que a licitante deixar de apresentar a documentação exigida pelo certame;
 - b. de 5% (cinco por cento) sobre o valor da proposta no caso em que a licitante não mantiver a sua proposta ou deixar de celebrar o contrato no prazo de validade da proposta;
 - c. de 10% (dez por cento) sobre o valor da proposta no caso em que a licitante apresentar documento falso ou em caso de recusa injustificada do licitante adjudicatário em assinar o contrato ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração;
 - d. de 20% (vinte por cento) sobre o valor da proposta no caso em que a licitante cometer fraude ou comportar-se de modo inidôneo no âmbito da licitação.
- C) No âmbito do contrato e aditamentos, a sanção de multa poderá ser de caráter:
- a. moratório, na hipótese de atraso injustificado na entrega ou execução do objeto do contrato, no percentual de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso, conforme previsto em termo de referência, projeto básico, edital ou contrato, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente;
 - b. compensatório, quando serão aplicados os seguintes percentuais:
 - i. de 10% (dez por cento), em caso de inexecução parcial do objeto pela contratada ou nos casos de rescisão do contrato, calculada de forma proporcional sobre a parte inadimplida;
 - ii. de 15% (quinze por cento) sobre o valor total do contrato, em caso de inexecução total do objeto.



III. impedimento de licitar e contratar

- A) Os licitantes ou contratados poderão ser impedidos de licitar e contratar no âmbito do Estado do Rio Grande do Norte, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, sem prejuízo das multas previstas no instrumento convocatório e/ou no contrato, bem como das demais cominações legais, nos termos do art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021, sendo imposta àquele que:
- a. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
 - b. der causa à inexecução total do contrato;
 - c. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
 - d. não mantiver a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
 - e. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
 - f. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.

IV. declaração de inidoneidade de licitar e contratar

- A) A declaração de inidoneidade impossibilita o fornecedor ou interessado de participar de licitações e formalizar contratos com todos os órgãos e entidades da Administração Pública Direta e Indireta em todos os níveis federativos, precedida de análise jurídica, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, sendo aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos itens “a” a “f” do inciso anterior que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento, bem como àquele que:
- a. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
 - b. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
 - c. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
 - d. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
 - e. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

10.3. As penalidades previstas nos incisos I, III e IV deste artigo poderão ser aplicadas conjuntamente com o inciso II, facultada a defesa prévia do interessado, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, especificando as provas que pretenda produzir.

10.4. Na aplicação das sanções administrativas de que trata este item, a autoridade administrativa levará em conta a natureza e a gravidade da infração cometida, as peculiaridades do caso concreto, as circunstâncias agravantes ou atenuantes, os danos que dela provierem para a Administração Pública, a culpabilidade do infrator, a intensidade do dano provocado e o caráter educativo da pena, segundo os critérios de razoabilidade e proporcionalidade.

11. FORMA DE PAGAMENTO (Inciso XI do Art. 2º do Anexo V do Ato de Mesa 2531/2023)

Prazo de pagamento



11.1. O pagamento será realizado em até 20 (vinte) dias úteis a contar do atesto da Nota Fiscal, por meio de depósito em conta corrente, mediante ordem bancária salvo quando houver pendência de liquidação de qualquer obrigação financeira que for imposta à contratada, em virtude de penalidade ou inadimplência.

11.2. A nota fiscal deverá ser apresentada devidamente preenchida e discriminada, em nome da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte, CNPJ nº 08.493.371/0001-64.

11.3. Havendo erro na nota fiscal/fatura ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, ela será devolvida pelo fiscal à fornecedora e o pagamento ficará pendente até que ele providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou apresentação do documento fiscal, não acarretando qualquer ônus para a Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte.

12. CONDIÇÕES DE REAJUSTE (Inciso XII do Art. 2º do Anexo V do Ato de Mesa 2531/2023) **Condições de Reajuste para ARP**

12.1. Conforme previsão expressa do art. 82, §5º, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021, e no Art. 14, do Anexo V, do Ato da Mesa nº 2531/2023, os preços contratuais poderão ser reajustados após 01 (um) ano, contado a partir da data da apresentação da proposta e, para cobrir variações no custo dos serviços, tendo como referência o IPCA/IBGE, no período de um ano, e aplicado nos montantes dos pagamentos mensais, na forma da Lei.

12.2. A ALRN editou o Ato da Mesa nº 2532/2023, que regulamenta o Sistema de Registro de Preços e dispõe da alteração ou atualização dos preços registrados, nos termos a seguir:

12.3. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

12.3.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

12.3.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados; ou

12.3.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos do disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

12.4. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, por motivo superveniente, a Assembleia Legislativa convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

12.4.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

12.4.2. Na hipótese prevista no subitem 12.4.1, serão convocados os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado.



12.4.3. Na hipótese de redução do preço registrado, a Assembleia Legislativa comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ARP, para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual.

12.4.4. Se não obtiver êxito nas negociações, a Assembleia Legislativa procederá ao cancelamento da ARP, nos termos do disposto no art. 23 do Ato da Mesa 2532/2023, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção de contratação mais vantajosa.

12.5. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não puder cumprir as obrigações estabelecidas na ARP, será facultado ao fornecedor requerer a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que o impossibilite de cumprir o compromisso.

12.5.1. Para fins do disposto no item 12.5, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

12.5.2. Na hipótese de comprovação do disposto no item 12.5 e no subitem 12.5.1., a Assembleia Legislativa atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

12.5.3. A Assembleia Legislativa comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ARP sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual.

12.5.4. Caso a comunicação de que trata o item 12.5 e o subitem 12.5.1 ocorra antes do pedido de fornecimento, o fornecedor será liberado do compromisso assumido sem aplicação da penalidade, se confirmada a veracidade dos motivos alegados.

12.5.5. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ARP, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do disposto no art. 28 do Ato da Mesa nº 2532/2023, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

12.5.6. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do disposto no subitem 12.5.5, a Assembleia Legislativa convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados.

12.5.7. Se não obtiver êxito nas negociações, a Assembleia Legislativa procederá ao cancelamento da ARP e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

13. VALOR ESTIMADO (Inciso XIX do Art. 2º do Anexo V do Ato de Mesa 2531/2023)

13.1. O custo estimado total da contratação é aquele apresentado conforme pesquisa realizada pelo Núcleo Operacional de Apoio e Pesquisa.



LEGISPAD
Sistema de Processo
Administrativo Digital

Documento assinado eletronicamente por **INACIO ARAUJO FREIRE NETO**, em 30/10/2025, às 09:35.



LEGISPAD
Sistema de Processo
Administrativo Digital

Documento assinado eletronicamente por **ERICK GUSTAVO DE OLIVEIRA CAMPOS**, em 30/10/2025, às 09:41.



LEGISPAD
Sistema de Processo
Administrativo Digital

Documento assinado eletronicamente por **MATEUS FELIPE DE OLIVEIRA LIMA SILVA**, em 30/10/2025, às 09:46.



LEGISPAD
Sistema de Processo
Administrativo Digital

Documento assinado eletronicamente por **THALES EFIGENIO DA SILVA CARVALHO**, em 30/10/2025, às 09:48.



LEGISPAD
Sistema de Processo
Administrativo Digital

Documento assinado eletronicamente por **ISIS LUANA TORQUATO DE LIMA**, em 30/10/2025, às 10:23.



A autenticidade do documento pode ser conferida em <https://legispad.al.rn.leg.br/publico/autenticacao-documento>, informando o identificador do documento **307681** e o código de acesso **7E4CEDBA**

ANEXO I			
ITEM	DESCRIÇÃO	U.M.	QNT.
1	Disco de corte para concreto e mármore, tecnologia diamantada, diâmetro de 110 mm, furo central de 20 mm. Garantia mínima de 6 meses.	Unidade	10
2	Abraçadeira de nylon, dimensões 4,8x300MM, embalagem com 100 unidades. Garantia mínima de 6 meses.	Pacote	50
3	Abraçadeira para eletroduto, bitola 1", fabricada em PVC. Garantia mínima de 6 meses.	Unidade	50
4	Abraçadeira tipo Policloropreno para eletroduto, bitola ½". Garantia mínima de 6 meses.	Unidade	50
5	Abraçadeira tipo Policloropreno para eletroduto, bitola ¾". Garantia mínima de 6 meses.	Unidade	50
6	Adaptador tipo Tê para tomada, 3 saídas, corrente nominal 10A. Garantia mínima de 6 meses. O produto deverá possuir certificação INMETRO e seguir as normas da ABNT.	Unidade	50
7	Adesivo estrutural epóxi, bicomponente, conteúdo líquido 1 kg, média viscosidade, para colagens estruturais. Garantia mínima de 6 meses.	Unidade	10
8	Anel de vedação e fixação universal para caixa acoplada, para ligação do vaso sanitário com a tubulação de esgoto. Garantia mínima de 6 meses. O produto deverá atender às normas da ABNT e possuir certificação INMETRO, quando aplicável.	Unidade	25
9	Arame para cerca elétrica, aço inox, diâmetro 0,9 mm, rolo com 180 metros. Garantia mínima de 6 meses.	Unidade	3
10	Arco de serra para lâminas de 12", acompanha lâmina de serra de aço carbono. Garantia mínima de 6 meses.	Unidade	10
11	Assento sanitário almofadado, modelo universal. Garantia mínima de 6 meses.	Unidade	50
12	Boia chave elétrica superior e inferior para caixa de água, tensão de operação 125V a 220V CA, corrente nominal 15A, compatível com motores até 1CV (220V). Garantia mínima de 6 meses. O produto deverá possuir certificação INMETRO e seguir as normas da ABNT.	Unidade	15
13	Bucha e parafuso para Gesso, diâmetro 8 MM. Garantia mínima de 6 meses.	Unidade	200
14	Cabo flexível, seção 10 MM, cor preta, material do condutor Cobre, tensão de isolamento 750V, temperatura máxima de operação 70°C. Garantia mínima de 6 meses. O produto deverá possuir certificação INMETRO e seguir as normas da ABNT.	Metro	500
15	Cabo flexível, seção 16 MM, cor preta, material do condutor Cobre, tensão de isolamento 750V, temperatura máxima de operação 70°C. Garantia mínima de 6 meses. O produto deverá possuir certificação INMETRO e seguir as normas da ABNT.	Metro	200
16	Cabo flexível, seção 2,5 MM, cor branca, material do condutor Cobre, tensão de isolamento 750V. Garantia mínima de 6 meses. O produto deverá possuir certificação INMETRO e seguir as normas da ABNT.	Metro	1000
17	Cabo flexível, seção 2,5 MM, cor azul, material do condutor Cobre, corrente nominal 24A, tensão de isolamento 750V. Garantia mínima de 6 meses. O produto deverá possuir certificação INMETRO e seguir as normas da ABNT.	Metro	1000
18	Cabo flexível, seção 2,5 MM, cor preta, material do condutor Cobre, corrente nominal 24A, tensão de isolamento 750V. Garantia mínima de 6 meses. O produto deverá possuir certificação INMETRO e seguir as normas da ABNT.	Metro	1000
19	Cabo flexível, seção 2,5 MM, cor verde, material do condutor Cobre, corrente nominal 24A, tensão de isolamento 750V. Garantia mínima de 6 meses. O produto deverá possuir certificação INMETRO e seguir as normas da ABNT.	Metro	500
20	Cabo flexível, seção 2,5 MM, cor vermelha, material do condutor Cobre, corrente nominal 24A, tensão de isolamento 750V. Garantia mínima de 6 meses. O produto deverá possuir certificação INMETRO e seguir as normas da ABNT.	Metro	1000
21	Cabo flexível, seção 4,0 MM, cor verde, material do condutor Cobre, corrente nominal 32A, tensão de isolamento 750V. Garantia mínima de 6 meses. O produto deverá possuir certificação INMETRO e seguir as normas da ABNT.	Metro	500
22	Cabo flexível, seção 4,0 MM, cor vermelha, material do condutor Cobre, corrente nominal 32A, tensão de isolamento 750V. Garantia mínima de 6 meses. O produto deverá possuir certificação INMETRO e seguir as normas da ABNT.	Metro	500
23	Cabo flexível, seção 6,0 MM, cor verde, tensão elétrica máxima 750 V, material Cobre, característica antichamas. Garantia mínima de 6 meses. O produto deverá possuir certificação INMETRO e seguir as normas da ABNT.	Metro	500
24	Cabo flexível, seção 6,0 MM, cor vermelha, tensão elétrica máxima 750 V, material Cobre, característica antichamas. Garantia mínima de 6 meses. O produto deverá possuir certificação INMETRO e seguir as normas da ABNT.	Metro	500
25	Cabo flexível, seção 6,0 MM, cor azul, tensão elétrica máxima 750 V, material Cobre, característica antichamas. Garantia mínima de 6 meses. O produto deverá possuir certificação INMETRO e seguir as normas da ABNT.	Metro	500
26	Cabo PP Flexível, seção 3x1,5mm, corrente nominal 15A, condutor de fase. Garantia mínima de 6 meses. O produto deverá possuir certificação INMETRO e seguir as normas da ABNT.	Metro	200
27	Cabo Flex PP, tensão 500V, seção 3x2,50mm, cor preta. Garantia mínima de 6 meses. O produto deverá possuir certificação INMETRO e seguir as normas da ABNT.	Metro	100
28	Cadeado, diâmetro 30 MM, corpo e chave em latão, com partes em aço inox e materiais não ferrosos. Garantia mínima de 6 meses.	Unidade	10
29	Cadeado, diâmetro 50 MM, corpo e chave em latão, com partes em aço inox e materiais não ferrosos. Garantia mínima de 6 meses.	Unidade	10
30	Cadeado, diâmetro 70 MM, corpo e chave em latão, com partes em aço inox e materiais não ferrosos. Garantia mínima de 6 meses.	Unidade	5
31	Campainha sem Fio, com 2 acionadores, material plástico, tipo de som "ding-dong" musical. Garantia mínima de 6 meses. O produto deverá possuir certificação INMETRO e seguir as normas da ABNT.	Unidade	30
32	Cano PVC para Esgoto, bitola 100mm (4"), comprimento 3m. Garantia mínima de 6 meses. O produto deverá atender às normas da ABNT e possuir certificação INMETRO, quando aplicável.	Unidade	30
33	Cano PVC para Esgoto, bitola 40mm (1.1/2"), comprimento 3m. Garantia mínima de 6 meses. O produto deverá atender às normas da ABNT e possuir certificação INMETRO, quando aplicável.	Unidade	30
34	Cano PVC para Esgoto, bitola 50mm (2"), comprimento 3m. Garantia mínima de 6 meses. O produto deverá atender às normas da ABNT e possuir certificação INMETRO, quando aplicável.	Unidade	30
35	Cano PVC Marrom Soldável, bitola 1/2" (20mm), para água fria, tipo soldável, comprimento 6m. Garantia mínima de 6 meses. O produto deverá atender às normas da ABNT e possuir certificação INMETRO, quando aplicável.	Unidade	100
36	Cap PVC Branco para Esgoto, vedação por encaixe, bitola 100mm. Garantia mínima de 6 meses. O produto deverá atender às normas da ABNT e possuir certificação INMETRO, quando aplicável.	Unidade	20
37	Cap PVC Branco para Esgoto, vedação por encaixe, bitola 40mm. Garantia mínima de 6 meses. O produto deverá atender às normas da ABNT e possuir certificação INMETRO, quando aplicável.	Unidade	20
38	Cap PVC Branco para Esgoto, vedação por encaixe, bitola 50mm. Garantia mínima de 6 meses. O produto deverá atender às normas da ABNT e possuir certificação INMETRO, quando aplicável.	Unidade	20
39	Colher de Pedreiro Oval, tamanho 9 polegadas (225mm), com cabo de madeira. Lâmina em Aço de Alto Carbono. Garantia mínima de 6 meses.	Unidade	5
40	Curva 45° para Esgoto PVC, cor branca, bitola 100 mm. Garantia mínima de 6 meses. O produto deverá atender às normas da ABNT e possuir certificação INMETRO, quando aplicável.	Unidade	10
41	Curva 45° Longa para Esgoto PVC, cor branca, bitola 40mm (1.1/2"). Garantia mínima de 6 meses. O produto deverá atender às normas da ABNT e possuir certificação INMETRO, quando aplicável.	Unidade	10
42	Curva Longa 45° para Esgoto PVC Rígido, cor branca, bitola 50 mm. Garantia mínima de 6 meses. O produto deverá atender às normas da ABNT e possuir certificação INMETRO, quando aplicável.	Unidade	10
43	Curva Curta 90° PVC, cor branca, bitola 100 mm. Garantia mínima de 6 meses. O produto deverá atender às normas da ABNT e possuir certificação INMETRO, quando aplicável.	Unidade	20
44	Curva Curta 90° PVC, cor branca, bitola 40 mm. Garantia mínima de 6 meses. O produto deverá atender às normas da ABNT e possuir certificação INMETRO, quando aplicável.	Unidade	20
45	Curva Longa 90° para Esgoto PVC Rígido, cor branca, bitola 50 mm. Garantia mínima de 6 meses. O produto deverá atender às normas da ABNT e possuir certificação INMETRO, quando aplicável.	Unidade	20
46	Desempenadeira Aço, dentada, perfil 8x8mm. Garantia mínima de 6 meses.	Unidade	5
47	Desempenadeira de Aço Inox, dimensões 12x30 cm. Garantia mínima de 6 meses.	Unidade	5
48	Spray Antiferrugem Desengripante, conteúdo 250ml. Garantia mínima de 6 meses.	Unidade	10
49	Desentupidor, material Aço, comprimento 10m, uso manual, atende tubulação até 2 polegadas (50mm). Garantia mínima de 6 meses.	Unidade	1
50	Disjuntor, trifásico, corrente nominal 100A, curva C. Garantia mínima de 12 meses. O produto deverá possuir certificação INMETRO e seguir as normas da ABNT.	Unidade	2
51	Disjuntor, corrente nominal 35A, Tripolar (3P), Curva C. Permite conexão de cabos de 1,5mm² até 50,0mm². Garantia mínima de 12 meses. O produto deverá possuir certificação INMETRO e seguir as normas da ABNT.	Unidade	2
52	Disjuntor, tripolar, corrente nominal 50 A, curva de disparo C. Garantia mínima de 12 meses. O produto deverá possuir certificação INMETRO e seguir as normas da ABNT.	Unidade	2
53	Disjuntor DIN, tripolar, tensão nominal 415V, corrente nominal 63A, curva C. Garantia mínima de 12 meses. O produto deverá possuir certificação INMETRO e seguir as normas da ABNT.	Unidade	2
54	Disjuntor DIN, monopolar, tensão nominal 220V-400V, corrente nominal 10A, Curva C. Garantia mínima de 12 meses. O produto deverá possuir certificação INMETRO e seguir as normas da ABNT.	Unidade	10
55	Disjuntor, monopolar, corrente nominal 16 A, curva de disparo C. Garantia mínima de 12 meses. O produto deverá possuir certificação INMETRO e seguir as normas da ABNT.	Unidade	10
56	Driver para Paineis LED, potência 52W, saída DC 25-45V, 1.2A. Garantia mínima de 12 meses. O produto deverá possuir certificação INMETRO e seguir as normas da ABNT.	Unidade	50
57	Ducha Higiênica com Registro, acabamento cromado, conexão de ¼". Material aço inox e plástico de engenharia. Garantia mínima de 6 meses. O produto deverá atender às normas da ABNT e possuir certificação INMETRO, quando aplicável.	Unidade	50
58	Eletrodo Nível, haste em aço inox com revestimento em ABS, temperatura máxima de operação +65°C, tensão no eletrodo 10 a 30Vca, corrente máxima 30mA. Garantia mínima de 6 meses. O produto deverá possuir certificação INMETRO e seguir as normas da ABNT.	Unidade	100
59	Engate de Plástico Flexível Universal, comprimento 40 cm, diâmetro 1,27cm (1/2"), material PVC. Garantia mínima de 6 meses.	Unidade	100
60	Espátula betumadeira, lâmina em Aço Inoxidável, largura da lâmina 4" (101 mm), cabo de madeira, perfil de raspagem liso. Garantia mínima de 6 meses.	Unidade	5
61	Extensor Telescópico, comprimento 3m. Garantia mínima de 6 meses.	Unidade	2
62	Fechadura Externa, com espelho e maçaneta, acabamento cromado, material aço. Garantia mínima de 6 meses.	Unidade	20
63	Fechadura para Porta de Entrada, diâmetro do corpo 40mm, chave simples, acabamento cromado, maçaneta tipo alavanca, material metal. Garantia mínima de 6 meses.	Unidade	20
64	Fecho Elétrico, modelo FEC-91, tensão 12V, modo de aplicação embutir. Garantia mínima de 6 meses. O produto deverá possuir certificação INMETRO e seguir as normas da ABNT.	Unidade	26
65	Fita Isolante Autofusão, material borracha, dimensões 19mm (largura) x 10m (comprimento) x 0,76mm (espessura). Garantia mínima de 6 meses. O produto deverá possuir certificação INMETRO e seguir as normas da ABNT.	Rolo	50
66	Fita Dupla Face, para ambiente interno, dimensões 25mm x 20m. Garantia mínima de 6 meses.	Rolo	50

67	Fita Isolante, dimensões 19mm x 20m, material filme a base de PVC e adesivo a base de borracha. Garantia mínima de 6 meses. O produto deverá possuir certificação INMETRO e seguir as normas da ABNT.	Rolo	50
68	Fita Veda Rosca, dimensões 12mm x 25m, cor branca, material Politetrafluoretileno (PTFE). Garantia mínima de 6 meses.	Rolo	50
69	Fixador de Porta para Piso, material aço, acabamento niquelado. Garantia mínima de 6 meses.	Unidade	30
70	Fonte com Receptor e 2 Controles Remoto para Fechadura Elétrica, saída 12Vcc Pulsante, receptor 433,92 Mhz, rede elétrica bivolt automático 110/220V. Garantia mínima de 6 meses. O produto deverá possuir certificação INMETRO e seguir as normas da ABNT.	Unidade	20
71	Forro Mineral, tipo Scala - Lay-in T24, dimensões 16 x 1250 x 625mm, caixa com 8 placas. Resistência ao Fogo classe A. Garantia mínima de 2 anos.	Unidade	100
72	Furadeira de Impacto, potência 750W, tensão 220V, inclui maleta, chave de mandril, empunhadura e limitador de profundidade. Garantia mínima de 12 meses. O produto deverá possuir certificação INMETRO e seguir as normas da ABNT.	Unidade	1
73	Furadeira e Parafusadeira a Bateria, tensão da bateria 12V, rotação máxima 700 rpm, acompanha carregador, 10 bits e extensor universal. Garantia mínima de 12 meses. O produto deverá possuir certificação INMETRO e seguir as normas da ABNT.	Unidade	1
74	Conjunto de Interruptor Simples, cor branca, corrente 10 A, tipo de placa 4x2, material plástico, modo de instalação sobrepor. Garantia mínima de 6 meses. O produto deverá possuir certificação INMETRO e seguir as normas da ABNT.	Conjunto	50
75	Interruptor, 3 sessões, modo de operação manual, tensão operacional 250V. Garantia mínima de 6 meses. O produto deverá possuir certificação INMETRO e seguir as normas da ABNT.	Conjunto	20
76	Joelho 45° soldável, bitola 25mm, material PVC, para água, tipo soldável. Garantia mínima de 6 meses. O produto deverá atender às normas da ABNT e possuir certificação INMETRO, quando aplicável.	Unidade	30
77	Joelho 90° PVC Marrom Soldável, bitola 1/2" (20mm), para água fria, tipo soldável. Garantia mínima de 6 meses. O produto deverá atender às normas da ABNT e possuir certificação INMETRO, quando aplicável.	Unidade	30
78	Joelho 90° PVC Marrom Soldável, bitola 3/4" (25mm), para água fria, tipo soldável. Garantia mínima de 6 meses. O produto deverá atender às normas da ABNT e possuir certificação INMETRO, quando aplicável.	Unidade	30
79	Joelho 90° PVC Marrom Soldável, bitola 1" (32mm), para água fria, tipo soldável. Garantia mínima de 6 meses. O produto deverá atender às normas da ABNT e possuir certificação INMETRO, quando aplicável.	Unidade	10
80	Joelho 90° PVC para Esgoto, bitola 100mm (4"), material PVC. Garantia mínima de 6 meses. O produto deverá atender às normas da ABNT e possuir certificação INMETRO, quando aplicável.	Unidade	20
81	Joelho 90° PVC para Esgoto, bitola 40mm (1.1/2"), material PVC. Garantia mínima de 6 meses. O produto deverá atender às normas da ABNT e possuir certificação INMETRO, quando aplicável.	Unidade	20
82	Joelho 90° PVC para Esgoto, bitola 50mm (2"), material PVC. Garantia mínima de 6 meses. O produto deverá atender às normas da ABNT e possuir certificação INMETRO, quando aplicável.	Unidade	20
83	Lâmina para Serra Manual, material bimetal. Garantia mínima de 6 meses.	Unidade	2
84	Lanterna Recarregável, com 2 LEDs, bateria de Lítio, acompanha cabo USB. Garantia mínima de 6 meses. O produto deverá possuir certificação INMETRO e seguir as normas da ABNT.	Unidade	2
85	Limpa Contato em Spray, conteúdo 300ml, para limpeza e restauração de componentes eletrônicos. Garantia mínima de 6 meses.	Unidade	20
86	Luva Simples para Esgoto PVC, cor branca, bitola 100 mm, vedação por encaixe. Garantia mínima de 6 meses. O produto deverá atender às normas da ABNT e possuir certificação INMETRO, quando aplicável.	Unidade	20
87	Luva Simples para Esgoto PVC, cor branca, bitola 40 mm, vedação por encaixe. Garantia mínima de 6 meses. O produto deverá atender às normas da ABNT e possuir certificação INMETRO, quando aplicável.	Unidade	20
88	Luva Simples para Esgoto PVC, cor branca, bitola 50 mm, vedação por encaixe. Garantia mínima de 6 meses. O produto deverá atender às normas da ABNT e possuir certificação INMETRO, quando aplicável.	Unidade	20
89	Manta asfáltica adesiva, acabamento aluminizado. Garantia mínima de 6 meses.	Rolo	50
90	Marreta Oitavada, peso 3000g, cabeça Oitavada em aço forjado 55HRc, com cabo de madeira. Batente 55mm. Garantia mínima de 6 meses.	Unidade	2
91	Martelo de Unha, cabeça em aço forjado, cabo de fibra de vidro com revestimento emborrachado. Garantia mínima de 6 meses.	Unidade	3
92	Máscara Descartável PFF2(S) com válvula de exalação. Garantia mínima de 6 meses. O produto deverá possuir Certificado de Aprovação - CA do MTE.	Unidade	40
93	Mecanismo com Saída D'Água, acionamento superior, para caixa acoplada. Garantia mínima de 6 meses. O produto deverá atender às normas da ABNT e possuir certificação INMETRO, quando aplicável.	Conjunto	25
94	Kit Universal para Caixa Acoplada, com acionamento superior, material metal e plástico. Garantia mínima de 6 meses. O produto deverá atender às normas da ABNT e possuir certificação INMETRO, quando aplicável.	Conjunto	25
95	Mola Aérea Hidráulica para Porta, potência 2, para portas até 60kg. Garantia mínima de 6 meses.	Unidade	20
96	Óculos de Segurança, lentes incolor, com tratamento anti-risco, lente em Policarbonato, haste ajustável. Garantia mínima de 6 meses. O produto deverá possuir Certificado de Aprovação - CA do MTE.	Unidade	10
97	Óleo Lubrificante, conteúdo 100 ml. Garantia mínima de 6 meses.	Unidade	20
98	Bucha Plástica para Gesso, diâmetro 10mm, modelo SX, para placas de gesso, com parafuso, kit com 25 peças. Garantia mínima de 6 meses.	Kit	5
99	Bucha Nylon para Alvenaria, diâmetro 6mm, modelo SX, com parafuso, kit com 100 peças, com expansão de quatro vias e rebordo. Garantia mínima de 6 meses.	Kit	10
100	Bucha Nylon para Alvenaria, diâmetro 8mm, modelo SX, com parafuso, kit com 60 peças, com expansão de quatro vias e rebordo. Garantia mínima de 6 meses.	Kit	10
101	Placa Cega, formato quadrado, para caixa 4x4, material termoplástico. Garantia mínima de 6 meses. O produto deverá possuir certificação INMETRO e seguir as normas da ABNT.	Unidade	50
102	Platina Elétrica, potência 500W, tensão 220V, com ajuste de profundidade de corte por passada de 1mm (máximo 2mm). Garantia mínima de 12 meses. O produto deverá possuir certificação INMETRO e seguir as normas da ABNT.	Unidade	1
103	Plug PVC Branco Roscável, bitola 3/4" (25mm), para água fria, tipo roscável. Garantia mínima de 6 meses. O produto deverá atender às normas da ABNT e possuir certificação INMETRO, quando aplicável.	Unidade	30
104	Plug PVC Branco Roscável, bitola 1" (32mm), tipo roscável. Garantia mínima de 6 meses. O produto deverá atender às normas da ABNT e possuir certificação INMETRO, quando aplicável.	Unidade	20
105	Plugue Fêmea, 2P+T, corrente nominal 10A, tensão 250V, material termoplástico antichama, contatos em liga de cobre. Garantia mínima de 6 meses. O produto deverá possuir certificação INMETRO e seguir as normas da ABNT.	Unidade	50
106	Plugue Fêmea, 2P+Terra, corrente nominal 20A, formato reto. Garantia mínima de 6 meses. O produto deverá possuir certificação INMETRO e seguir as normas da ABNT.	Unidade	20
107	Plugue Macho, 2P+T, corrente nominal 10A, tensão 250V, cor branca, materiais isolantes termoplásticos, contatos em prata. Garantia mínima de 6 meses. O produto deverá possuir certificação INMETRO e seguir as normas da ABNT.	Unidade	50
108	Plugue Macho, 2 Pólos+Terra, corrente nominal 20A, tensão até 250V, cor branca, material plástico. Garantia mínima de 6 meses. O produto deverá possuir certificação INMETRO e seguir as normas da ABNT.	Unidade	20
109	Porta Cadeado, medida 2 1/2" (63,5 mm), material Aço, acabamento Zincado. Garantia mínima de 6 meses.	Unidade	10
110	Porta de Madeira Lisa, dimensões 80x210 cm, porta de abrir (giro), preenchimento interno tipo colmeia, largura indicada do batente 12 a 14 cm. Garantia mínima de 6 meses.	Unidade	2
111	Porta Lisa Laminada, dimensões 60 cm (L) x 210 cm (A) x 3,5 cm (E), lisa, laminada, sem furo e sem borda nos 2 lados. Garantia mínima de 6 meses.	Unidade	2
112	Porta Lisa Laminada, dimensões 90 cm (L) x 210 cm (A), composição Mdf, Duraplac e revestimento melamínico. Garantia mínima de 6 meses.	Unidade	2
113	Redução Excêntrica para Esgoto PVC, cor branca, vedação por encaixe, bitola principal 100mm, bitola de redução 50mm. Garantia mínima de 6 meses. O produto deverá atender às normas da ABNT e possuir certificação INMETRO, quando aplicável.	Unidade	20
114	Bucha de Redução Longa PVC, cor branca, bitola inicial 50mm, bitola de redução 40mm, tipo de conexão redução, vedação por encaixe. Garantia mínima de 6 meses. O produto deverá atender às normas da ABNT e possuir certificação INMETRO, quando aplicável.	Unidade	20
115	Corpo Registro de Gaveta, diâmetro nominal DN20 (3/4"), pressão de funcionamento mínima 2 mca, máxima 40 mca. Garantia mínima de 6 meses. O produto deverá atender às normas da ABNT e possuir certificação INMETRO, quando aplicável.	Unidade	10
116	Reparo Registro Gaveta, para diâmetro 3/4", com cunha, haste longa (98mm) e castelo. Diâmetro da rosca do castelo 32mm. Cunha com 34mm de altura. Garantia mínima de 6 meses. O produto deverá atender às normas da ABNT e possuir certificação INMETRO, quando aplicável.	Unidade	10
117	Rolo de Espuma com Suporte, largura 9cm, uso para verniz e stain em madeira, composição espuma de poliéster, tipo de manta alta. Garantia mínima de 6 meses.	Unidade	10
118	Rolo de Lã Sintética com Suporte, largura 9cm, uso para tintas acrílica e látex (PVA), aplicação em parede lisa e teto. Garantia mínima de 6 meses.	Unidade	10
119	Sifão Universal, material plástico, cor branca, tipo de entrada simples. Garantia mínima de 6 meses. O produto deverá atender às normas da ABNT e possuir certificação INMETRO, quando aplicável.	Unidade	20
120	Silicone Acético, conteúdo 50g, cor transparente, tipo adesivo. Garantia mínima de 6 meses.	Unidade	20
121	Soprador Térmico, tensão 220V, trifásico. Estágio 1: 130 W... Estágio 3: 2.000 W. Garantia mínima de 12 meses. O produto deverá possuir certificação INMETRO e seguir as normas da ABNT.	Unidade	1
122	Suporte (Módulo) para caixa 4x4 para módulos elétricos, tipo de placa 4x4, material termoplástico, com capacidade para 6 módulos. Garantia mínima de 12 meses. O produto deverá possuir certificação INMETRO e seguir as normas da ABNT.	Unidade	50
123	Suporte para tomada (Módulo) para Placa, dimensões 4"x2", material plástico, capacidade para 2 ou 3 módulos. Garantia mínima de 6 meses. O produto deverá possuir certificação INMETRO e seguir as normas da ABNT.	Unidade	50
124	Suporte para TV Fixo, compatível com telas de 14" a 85", capacidade de carga até 100kg, local de fixação parede, material aço carbono, cor preta. Garantia mínima de 6 meses.	Unidade	2
125	Talhadeira Manual, diâmetro 3/4", comprimento 10", modelo redondo, material metal, com empunhadura. Garantia mínima de 6 meses.	Unidade	5
126	Tê Curto para Esgoto PVC Rígido, cor branca, bitola 100 mm, vedação por encaixe. Garantia mínima de 6 meses. O produto deverá atender às normas da ABNT e possuir certificação INMETRO, quando aplicável.	Unidade	10
127	Tê PVC para Esgoto, bitola 1.1/2" (40mm), material PVC. Garantia mínima de 6 meses. O produto deverá atender às normas da ABNT e possuir certificação INMETRO, quando aplicável.	Unidade	10
128	Tê Curto para Esgoto PVC Rígido, cor branca, bitola 50 mm, vedação por encaixe. Garantia mínima de 6 meses. O produto deverá atender às normas da ABNT e possuir certificação INMETRO, quando aplicável.	Unidade	10
129	Tinta Acrílica Fosca, volume 15L, cor Branco Neve, base água, para pintura em alvenaria. Garantia mínima de 6 meses.	Lata	10
130	Tinta Esmalte Sintético Alto Brilho, volume 3,6L, cor Cinza Médio, base solvente. Garantia mínima de 6 meses.	Galão	10
131	Tinta Esmalte Base Água Alto Brilho, volume 3,6L, cor Marrom Tabaco, base água. Garantia mínima de 6 meses.	Galão	5
132	Tinta Acrílica para Pisos, volume 3,6 L, acabamento fosco, uso interno e externo. Garantia mínima de 3 meses.	Galão	5
133	Conjunto de Tomada Dupla, placa tipo 4x2, 2P+T, corrente nominal 10A. Garantia mínima de 3 meses. O produto deverá possuir certificação INMETRO e seguir as normas da ABNT.	Conjunto	20
134	Conjunto de Tomada de Energia, 2 Módulos, 2P + T, corrente nominal 20A, cor branca, tipo de instalação embutir. Garantia mínima de 3 meses. O produto deverá possuir certificação INMETRO e seguir as normas da ABNT.	Conjunto	10
135	Tomada Dupla, sistema "X", corrente nominal 10A, tensão 250V, material termoplástico, modo de instalação sobrepor. Garantia mínima de 3 meses. O produto deverá possuir certificação INMETRO e seguir as normas da ABNT.	Conjunto	10

136	Tomada Dupla, sistema "X", 2P + T, corrente nominal 20A, tensão 250V, material termoplástico, modo de instalação sobrepor. Garantia mínima de 3 meses. O produto deverá possuir certificação INMETRO e seguir as normas da ABNT.	Conjunto	10
137	Torneira de Cozinha Gourmet, instalação de mesa (bica flexível), acabamento cromado, acionamento manual. Garantia mínima de 6 meses. O produto deverá atender às normas da ABNT e possuir certificação INMETRO, quando aplicável.	Unidade	5
138	Torneira de Parede para Cozinha, instalação de parede, tipo de bica alta, conexão 1/2", acionamento manual. Garantia mínima de 6 meses. O produto deverá atender às normas da ABNT e possuir certificação INMETRO, quando aplicável.	Unidade	5
139	Torneira Gourmet Flexível, instalação de parede, acabamento cromado, acionamento manual, material metal. Garantia mínima de 6 meses. O produto deverá atender às normas da ABNT e possuir certificação INMETRO, quando aplicável.	Unidade	5
140	Torneira esfera com alavanca para jardim, conexão 1/2" modelo galvanizado. Garantia mínima de 6 meses. O produto deverá atender às normas da ABNT e possuir certificação INMETRO, quando aplicável.	Unidade	10
141	Trincha, tamanho 1.½ polegada, aplicação para esmalte e óleo, material plástico. Garantia mínima de 6 meses.	Unidade	10
142	Trincha Simples, tamanho 2" polegada, aplicação para látex e acrílica, material plástico. Garantia mínima de 6 meses.	Unidade	10
143	Verniz, base água, conteúdo 3,6L, acabamento acetinado, uso interno e externo. Garantia mínima de 6 meses.	Galão	5
144	Zarcão, conteúdo 3,6L, acabamento fosco, base solvente. Garantia mínima de 6 meses.	Galão	5
145	Forro de Fibra Mineral, dimensões 625x625x12mm, caixa com 12 peças. Nível de Eficiência Térmica Nível 1. Modelo e-decore. Garantia mínima de 6 meses.	Unidade	100



LEGISPAD
Sistema de Processo
Administrativo Digital

Documento assinado eletronicamente por **MATEUS FELIPE DE OLIVEIRA LIMA SILVA**, em 31/03/2026, às 10:02.



LEGISPAD
Sistema de Processo
Administrativo Digital

Documento assinado eletronicamente por **INACIO ARAUJO FREIRE NETO**, em 31/03/2026, às 10:28.



LEGISPAD
Sistema de Processo
Administrativo Digital

Documento assinado eletronicamente por **ERICK GUSTAVO DE OLIVEIRA CAMPOS**, em 31/03/2026, às 12:01.



LEGISPAD
Sistema de Processo
Administrativo Digital

Documento assinado eletronicamente por **THALES EFIGENIO DA SILVA CARVALHO**, em 31/03/2026, às 13:54.



A autenticidade do documento pode ser conferida em <https://legispad.al.rn.leg.br/publico/autenticacao-documento>, informando o identificador do documento **379717** e o código de acesso **CB734260**



Rio Grande do Norte
Assembleia Legislativa

ANEXO II – MODELO DE DECLARAÇÃO DE PARENTESCO
(Usar papel timbrado da empresa)

PREGÃO Nº. 900/202* – AL/RN**

_____ (nome da empresa), inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____, com sede na _____ (endereço da empresa), por intermédio de seu representante legal o (a) Sr(a) _____, portador(a) da Cédula de Identidade nº _____ e inscrito(a) no CPF/MF nº _____, DECLARA, sob as penas da Lei, que, no certame licitatório em epígrafe, atende ao art. 14¹, IV, da Lei 14.133/22, por:

1. Inexistir em sua composição integrantes com impedimento em participar em Licitações e Contratos Administrativos ou qualquer infringência aos princípios do caput D Art. 37² da Constituição Federal de 1988;
2. Não possuir em seu quadro societário, ou funcional que detenha poder decisório (gerentes ou diretores), integrante que seja agente político do Poder Legislativo ou entidade contratante, ocupantes de cargos de Direção, Chefia ou responsável pela licitação;
3. Não possuir em seu quadro societário, ou funcional que detenha poder decisório (gerentes ou diretores), integrante que seja conjugue, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau de agente político do órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação.

() Os sócios desta empresa, bem como seus gerentes, diretores SÃO CÔNJUGES, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros vinculados a Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Norte, abaixo identificado(s):

Local e data,

Carimbo (ou nome legível) e assinatura
Representante legal

¹ Art. 14, IV: *Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação*²

Art. 37. *A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:*



MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº */202***
PREGÃO ELETRÔNICO nº 0/202***

Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Norte, com sede à Praça Sete de Setembro, S/N – Cidade Alta - Natal/RN, inscrita no CNPJ/MF, sob n.º 08.493.371/0001-64, neste ato representada pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte, Dep. Ezequiel Galvão Ferreira de Souza, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta capital, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, Processo Administrativo nº 007086/2025-68, RESOLVE registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Ato da Mesa n.º 2.532, de 21 de dezembro de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para eventual e futura aquisição de Materiais de Pequenos Reparos, constante no Termo de Referência, anexo I do Pregão Eletrônico nº ***/202*, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

EMPRESA: *****.					
CNPJ/MF: **.***.*** /000*-**			TEL: (**) ****-****		
ENDEREÇO: *****					
E-MAIL: *****					
REPRESENTANTE LEGAL: *****					
RG: *****			CPF/MF: ***.***.***-**		
ITEM ARP	ESPECIFICAÇÃO	MARCA*	UND	QTD	R\$ UNT.

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

- 3.1. O órgão gerenciador será a Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Norte.
3.2. Além do gerenciador, não há órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços.

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS



4.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

4.1.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

4.1.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

4.1.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

4.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

4.2.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

4.3. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

4.4. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

4.5. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

4.6. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

4.7. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

4.8. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

5. DA FISCALIZAÇÃO

5.1. A servidora Isis Luana Torquato de Lima Teixeira, matrícula nº 209.603-3 será fiscal titular, e o servidor George Marinho Melo, matrícula nº 202.880-0, será fiscal substituto, E-mail: cial@al.rn.leg.br, Telefone: 31320061, e exercerão a fiscalização da contratação, registrando todas as ocorrências e deficiências em relatório, cuja cópia será encaminhada à contratada, mediante notificação, objetivando a imediata correção das irregularidades apontadas; também, adotarão as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais.



5.2. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da execução do objeto e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o seu perfeito cumprimento.

5.3. A fiscalização exercida no interesse do órgão contratante, não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ou ainda resultante de imperfeições, emprego de material inadequado ou de qualidade dos serviços, tendo-se que a sua ocorrência não implica corresponsabilidade do poder público ou de seus agentes e prepostos.

5.4. O Fiscal verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

5.5. As comunicações entre a ALRN e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

5.6. A Divisão de Gestão de Contratos e Convênios e o fiscal designado estabelecerão todos os contatos durante a execução do contrato, nos termos da legislação.

5.7. A Divisão de Gestão de Contratos e Convênios poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

5.8. Ao final do contrato, caberá ao fiscal emitir relatório quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho e eventuais penalidades aplicadas durante a execução contratual.

6. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

6.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

6.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

6.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

6.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

6.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:



- 6.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital ou no aviso de contratação direta e se obrigar nos limites dela;
- 6.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:
- 6.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
 - 6.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.
- 6.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.
- 6.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
- 6.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
- 6.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 6.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
- 6.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação direta; e
 - 6.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 11.
- 6.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
- 6.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
- 6.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.
- 6.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.
- 6.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 6.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.
- 6.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital ou do aviso de contratação direta, poderá:
- 6.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou



6.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

6.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

7. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

7.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

7.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

7.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

7.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

7.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7.1.3.3. Os preços registrados na Ata de Registro de Preços, poderão ser reajustados após o transcurso de 01 (hum) ano, contado a partir da data de validade da ARP, com base na variação acumulada no índice nacional de preços ao consumidor amplo (IPCA/IBGE).

8. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

8.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

8.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

8.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.



8.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

8.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

8.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

8.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

8.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

8.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

8.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

8.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no Ato da Mesa nº 2.532/2023.; ou

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.



9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado se tornar superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do Ato da Mesa nº 2.532/2023.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço, exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante ou não participantes, caso no qual caberá ao respectivo órgão a aplicação da penalidade.,

10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. PRAZO PARA ENTREGA DO OBJETO (Inciso VI do Art. 2º do Anexo VI do Ato de Mesa 2.531/2023)

11.1. O prazo de entrega dos bens é de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da Nota de Empenho.

12. CONDIÇÕES GERAIS



Rio Grande do Norte
Assembleia Legislativa

12.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

12.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

Local e data

Dep. Ezequiel Galvão Ferreira de Souza
Presidente – AL/RN
Gestor

CNPJ/MF: **.*.*/****_****

Empresa Registrada



Rio Grande do Norte
Assembleia Legislativa

CONTRATO nº XXX/2025
PROCESSO nº 7086/2025-68

MINUTA DE CONTRATO DE AQUISIÇÃO, QUE ENTRE SI CELEBRAM A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO RIO GRANDE DO NORTE E EMPRESA XXXXXXXXXXXX.

Pelo presente instrumento, de um lado, a **ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE**, inscrita no CNPJ sob o nº. 08.493.371/0001-64, com sede na cidade de Natal, Estado do Rio Grande do Norte, à Praça Sete de Setembro, s/n, Cidade Alta, representada neste ato por seu Presidente, **DEPUTADO EZEQUIEL GALVÃO FERREIRA DE SOUZA**, cujos dados estão descritos no processo que originou a presente contratação, doravante denominada **CONTRATANTE**, e de outro lado a empresa XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, inscrita no CNPJ sob o nº XXX.XXX.XXX/XXXX-XX, com sede na XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, neste ato representada por XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, cujos dados estão descritos no processo que originou a presente contratação, doravante denominada **CONTRATADA**, tendo em vista o que consta no Processo Administrativo nº. 7086/2025-68, em observância às disposições da Lei nº. 14.133, de 01 de abril de 2021, resolvem celebrar o presente contrato, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E SUAS CARACTERÍSTICAS

1.1. O objeto do presente contrato é a **eventual aquisição de materiais de pequenos reparos**, para atender as necessidades da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Norte e seus anexos, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento:



Rio Grande do Norte
Assembleia Legislativa

ITEM	DESCRIÇÃO	U. M.	QNT.
1	Disco de corte para concreto e mármore, tecnologia diamantada, diâmetro de 110 mm, furo central de 20 mm. Garantia mínima de 6 meses.	Unidade	10
2	Abraçadeira de nylon, dimensões 4,8x300MM, embalagem com 100 unidades. Garantia mínima de 6 meses.	Pacote	50
3	Abraçadeira para eletroduto, bitola 1", fabricada em PVC. Garantia mínima de 6 meses	Unidade	50
4	Abraçadeira tipo Policloropreno para eletroduto, bitola ½". Garantia mínima de 6 meses.	Unidade	50
5	Abraçadeira tipo Policloropreno para eletroduto, bitola ¾". Garantia mínima de 6 meses	Unidade	50
6	Adaptador tipo Tê para tomada, 3 saídas, corrente nominal 10A. Garantia mínima de 6 meses. O produto deverá possuir certificação INMETRO e seguir as normas da ABNT.	Unidade	50
7	Adesivo estrutural epóxi, bicomponente, conteúdo líquido 1 kg, média viscosidade, para colagens estruturais. Garantia mínima de 6 meses.	Unidade	10
8	Anel de vedação e fixação universal para caixa acoplada, para ligação do vaso sanitário com a tubulação de esgoto. Garantia mínima de 6 meses. O produto deverá atender às normas da ABNT e possuir certificação INMETRO, quando aplicável.	Unidade	25
9	Arame para cerca elétrica, aço inox, diâmetro 0,9 mm, rolo com 180 metros. Garantia mínima de 6 meses.	Unidade	3
10	Arco de serra para lâminas de 12", acompanha lâmina de serra de aço carbono. Garantia mínima de 6 meses	Unidade	10
11	Assento sanitário almofadado, modelo universal. Garantia mínima de 6 meses.	Unidade	50
12	Boia chave elétrica superior e inferior para caixa de água, tensão de operação 125V a 220V CA, corrente nominal 15A, compatível com motores até 1CV (220V). Garantia mínima de 6 meses. O produto deverá possuir certificação INMETRO e seguir as normas da ABNT.	Unidade	15
13	Bucha e parafuso para Gesso, diâmetro 8 MM. Garantia mínima de 6 meses.	Unidade	200
14	Cabo flexível, seção 10 MM, cor preta, material do condutor Cobre, tensão de isolamento 750V, temperatura máxima de operação 70°C. Garantia mínima de 6 meses. O produto deverá possuir certificação INMETRO e seguir as normas da ABNT.	Metro	500



Rio Grande do Norte
Assembleia Legislativa

15	Cabo flexível, seção 16 MM, cor preta, material do condutor Cobre, tensão de isolamento 750V, temperatura máxima de operação 70°C. Garantia mínima de 6 meses. O produto deverá possuir certificação INMETRO e seguir as normas da ABNT	Metro	200
16	Cabo flexível, seção 2,5 MM, cor branca, material do condutor Cobre, tensão de isolamento 750V. Garantia mínima de 6 meses. O produto deverá possuir certificação INMETRO e seguir as normas da ABNT.	Metro	1000
17	Cabo flexível, seção 2,5 MM, cor azul, material do condutor Cobre, corrente nominal 24A, tensão de isolamento 750V. Garantia mínima de 6 meses. O produto deverá possuir certificação INMETRO e seguir as normas da ABNT	Metro	1000
18	Cabo flexível, seção 2,5 MM, cor preta, material do condutor Cobre, corrente nominal 24A, tensão de isolamento 750V. Garantia mínima de 6 meses. O produto deverá possuir certificação INMETRO e seguir as normas da ABNT.	Metro	1000
19	Cabo flexível, seção 2,5 MM, cor verde, material do condutor Cobre, corrente nominal 24A, tensão de isolamento 750V. Garantia mínima de 6 meses. O produto deverá possuir certificação INMETRO e seguir as normas da ABNT.	Metro	500
20	Cabo flexível, seção 2,5 MM, cor vermelha, material do condutor Cobre, corrente nominal 24A, tensão de isolamento 750V. Garantia mínima de 6 meses. O produto deverá possuir certificação INMETRO e seguir as normas da ABNT.	Metro	1000
21	Cabo flexível, seção 4,0 MM, cor verde, material do condutor Cobre, corrente nominal 32A, tensão de isolamento 750V. Garantia mínima de 6 meses. O produto deverá possuir certificação INMETRO e seguir as normas da ABNT.	Metro	500
22	Cabo flexível, seção 4,0 MM, cor vermelha, material do condutor Cobre, corrente nominal 32A, tensão de isolamento 750V. Garantia mínima de 6 meses. O produto deverá possuir certificação INMETRO e seguir as normas da ABNT	Metro	500
23	Cabo flexível, seção 6,0 MM, cor verde, tensão elétrica máxima 750 V, material Cobre, característica antichamas. Garantia mínima de 6 meses. O produto deverá possuir certificação INMETRO e seguir as normas da ABNT.	Metro	500
24	Cabo flexível, seção 6,0 MM, cor vermelha, tensão elétrica máxima 750 V, material Cobre, característica antichamas. Garantia mínima de 6 meses. O produto deverá possuir	Metro	500



Rio Grande do Norte
Assembleia Legislativa

	certificação INMETRO e seguir as normas da ABNT.		
25	Cabo flexível, seção 6,0 MM, cor azul, tensão elétrica máxima 750 V, material Cobre, característica antichamas. Garantia mínima de 6 meses. O produto deverá possuir certificação INMETRO e seguir as normas da ABNT.	Metro	500
26	Cabo PP Flexível, seção 3x1,5mm, corrente nominal 15A, condutor de fase. Garantia mínima de 6 meses. O produto deverá possuir certificação INMETRO e seguir as normas da ABNT.	Metro	200
27	Cabo Flex PP, tensão 500V, seção 3x2,50mm, cor preta. Garantia mínima de 6 meses. O produto deverá possuir certificação INMETRO e seguir as normas da ABNT.	Metro	100
28	Cadeado, diâmetro 30 MM, corpo e chave em latão, com partes em aço inox e materiais não ferrosos. Garantia mínima de 6 meses.	Unidade	10
29	Cadeado, diâmetro 50 MM, corpo e chave em latão, com partes em aço inox e materiais não ferrosos. Garantia mínima de 6 meses.	Unidade	10
30	Cadeado, diâmetro 70 MM, corpo e chave em latão, com partes em aço inox e materiais não ferrosos. Garantia mínima de 6 meses.	Unidade	5
31	Campainha sem Fio, com 2 acionadores, material plástico, tipo de som “ding-dong” musical. Garantia mínima de 6 meses. O produto deverá possuir certificação INMETRO e seguir as normas da ABNT	Unidade	30
32	Cano PVC para Esgoto, bitola 100mm (4”), comprimento 3m. Garantia mínima de 6 meses. O produto deverá atender às normas da ABNT e possuir certificação INMETRO, quando aplicável.	Unidade	30
33	Cano PVC para Esgoto, bitola 40mm (1.1/2”), comprimento 3m. Garantia mínima de 6 meses. O produto deverá atender às normas da ABNT e possuir certificação INMETRO, quando aplicável.	Unidade	30
34	Cano PVC para Esgoto, bitola 50mm (2”), comprimento 3m. Garantia mínima de 6 meses. O produto deverá atender às normas da ABNT e possuir certificação INMETRO, quando aplicável.	Unidade	30
35	Cano PVC Marrom Soldável, bitola 1/2" (20mm), para água fria, tipo soldável, comprimento 6m. Garantia mínima de 6 meses. O produto deverá atender às normas da ABNT e possuir certificação INMETRO, quando aplicável.	Unidade	100



Rio Grande do Norte
Assembleia Legislativa

36	Cap PVC Branco para Esgoto, vedação por encaixe, bitola 100mm. Garantia mínima de 6 meses. O produto deverá atender às normas da ABNT e possuir certificação INMETRO, quando aplicável.	Unidade	20
37	Cap PVC Branco para Esgoto, vedação por encaixe, bitola 40mm. Garantia mínima de 6 meses. O produto deverá atender às normas da ABNT e possuir certificação INMETRO, quando aplicável.	Unidade	20
38	Cap PVC Branco para Esgoto, vedação por encaixe, bitola 50mm. Garantia mínima de 6 meses. O produto deverá atender às normas da ABNT e possuir certificação INMETRO, quando aplicável.	Unidade	20
39	Colher de Pedreiro Oval, tamanho 9 polegadas (225mm), com cabo de madeira. Lâmina em Aço de Alto Carbono. Garantia mínima de 6 meses.	Unidade	5
40	Curva 45° para Esgoto PVC, cor branca, bitola 100 mm. Garantia mínima de 6 meses. O produto deverá atender às normas da ABNT e possuir certificação INMETRO, quando aplicável.	Unidade	10
41	Curva 45° Longa para Esgoto PVC, cor branca, bitola 40mm (1.1/2"). Garantia mínima de 6 meses. O produto deverá atender às normas da ABNT e possuir certificação INMETRO, quando aplicável.	Unidade	10
42	Curva Longa 45° para Esgoto PVC Rígido, cor branca, bitola 50 mm. Garantia mínima de 6 meses. O produto deverá atender às normas da ABNT e possuir certificação INMETRO, quando aplicável.	Unidade	10
43	Curva Curta 90° PVC, cor branca, bitola 100 mm. Garantia mínima de 6 meses. O produto deverá atender às normas da ABNT e possuir certificação INMETRO, quando aplicável.	Unidade	20
44	Curva Curta 90° PVC, cor branca, bitola 40 mm. Garantia mínima de 6 meses. O produto deverá atender às normas da ABNT e possuir certificação INMETRO, quando aplicável.	Unidade	20
45	Curva Longa 90° para Esgoto PVC Rígido, cor branca, bitola 50 mm. Garantia mínima de 6 meses. O produto deverá atender às normas da ABNT e possuir certificação INMETRO, quando aplicável.	Unidade	20
46	Desempenadeira Aço, dentada, perfil 8x8mm. Garantia mínima de 6 meses.	Unidade	5
47	Desempenadeira de Aço Inox, dimensões 12x30 cm. Garantia mínima de 6 meses.	Unidade	5
48	Spray Antiferrugem Desengripante, conteúdo 250ml.	Unidade	10



Rio Grande do Norte
Assembleia Legislativa

	Garantia mínima de 6 meses.		
49	Desentupidor, material Aço, comprimento 10m, uso manual, atende tubulação até 2 polegadas (50mm). Garantia mínima de 6 meses.	Unidade	1
50	Disjuntor, trifásico, corrente nominal 100A, curva C. Garantia mínima de 12 meses. O produto deverá possuir certificação INMETRO e seguir as normas da ABNT.	Unidade	2
51	Disjuntor, corrente nominal 35A, Tripolar (3P), Curva C. Permite conexão de cabos de 1,5mm² até 50,0mm². Garantia mínima de 12 meses. O produto deverá possuir certificação INMETRO e seguir as normas da ABNT.	Unidade	2
52	Disjuntor, tripolar, corrente nominal 50 A, curva de disparo C. Garantia mínima de 12 meses. O produto deverá possuir certificação INMETRO e seguir as normas da ABNT.	Unidade	2
53	Disjuntor DIN, tripolar, tensão nominal 415V, corrente nominal 63A, curva C. Garantia mínima de 12 meses. O produto deverá possuir certificação INMETRO e seguir as normas da ABNT.	Unidade	2
54	Disjuntor, trifásico, corrente nominal 100A, curva C. Garantia mínima de 12 meses. O produto deverá possuir certificação INMETRO e seguir as normas da ABNT.	Unidade	2
55	Disjuntor DIN, monopolar, tensão nominal 220V-400V, corrente nominal 10A, Curva C. Garantia mínima de 12 meses. O produto deverá possuir certificação INMETRO e seguir as normas da ABNT.	Unidade	10
56	Disjuntor, monopolar, corrente nominal 16 A, curva de disparo C. Garantia mínima de 12 meses. O produto deverá possuir certificação INMETRO e seguir as normas da ABNT.	Unidade	10
57	Driver para Pannel LED, potência 52W, saída DC 25-45V, 1.2A. Garantia mínima de 12 meses. O produto deverá possuir certificação INMETRO e seguir as normas da ABNT.	Unidade	50
58	Ducha Higiênica com Registro, acabamento cromado, conexão de ¼". Material aço inox e plástico de engenharia. Garantia mínima de 6 meses. O produto deverá atender às normas da ABNT e possuir certificação INMETRO, quando aplicável.	Unidade	50
59	Eletrodo Nível, haste em aço inox com revestimento em ABS, temperatura máxima de operação +65°C, tensão no eletrodo 10 a 30Vca, corrente máxima 30mA. Garantia mínima de 3 meses. O produto deverá possuir certificação INMETRO e seguir as normas da ABNT	Unidade	100



Rio Grande do Norte
Assembleia Legislativa

60	Engate de Plástico Flexível Universal, comprimento 40 cm, diâmetro 1,27cm (1/2"), material PVC. Garantia mínima de 6 meses.	Unidade	100
61	Espátula betumadeira, lâmina em Aço Inoxidável, largura da lâmina 4" (101 mm), cabo de madeira, perfil de raspagem liso. Garantia mínima de 6 meses.	Unidade	5
62	Extensor Telescópico, comprimento 3m. Garantia mínima de 6 meses.	Unidade	2
63	Fechadura Externa, com espelho e maçaneta, acabamento cromado, material aço. Garantia mínima de 6 meses.	Unidade	20
64	Fechadura para Porta de Entrada, diâmetro do corpo 40mm, chave simples, acabamento cromado, maçaneta tipo alavanca, material metal. Garantia mínima de 6 meses.	Unidade	20
65	Fecho Elétrico, modelo FEC-91, tensão 12V, modo de aplicação embutir. Garantia mínima de 6 meses. O produto deverá possuir certificação INMETRO e seguir as normas da ABNT.	Unidade	26
66	Fita Isolante Autofusão, material borracha, dimensões 19mm (largura) x 10m (comprimento) x 0,76mm (espessura). Garantia mínima de 6 meses. O produto deverá possuir certificação INMETRO e seguir as normas da ABNT.	Rolo	50
67	Fita Dupla Face, para ambiente interno, dimensões 25mm x 20m. Garantia mínima de 6 meses.	Rolo	50
68	Fita Isolante, dimensões 19mm x 20m, material filme a base de PVC e adesivo a base de borracha. Garantia mínima de 6 meses. O produto deverá possuir certificação INMETRO e seguir as normas da ABNT.	Rolo	50
69	Fita Veda Rosca, dimensões 12mm x 25m, cor branca, material Politetrafluoretileno (PTFE). Garantia mínima de 6 meses.	Rolo	50
70	Fixador de Porta para Piso, material aço, acabamento niquelado. Garantia mínima de 6 meses.	Unidade	30
71	Fonte com Receptor e 2 Controles Remoto para Fechadura Elétrica, saída 12Vcc Pulsante, receptor 433,92 Mhz, rede elétrica bivolt automático 110/220V. Garantia mínima de 6 meses. O produto deverá possuir certificação INMETRO e seguir as normas da ABNT.	Unidade	20
72	Forro Mineral, tipo Scala - Lay-in T24, dimensões 16 x 1250 x 625mm, caixa com 8 placas. Resistência ao Fogo classe A. Garantia mínima de 2 anos.	Unidade	100
73	Furadeira de Impacto, potência 750W, tensão 220V, inclui maleta, chave de mandril, empunhadura e limitador de	Unidade	1



Rio Grande do Norte
Assembleia Legislativa

	profundidade. Garantia mínima de 12 meses. O produto deverá possuir certificação INMETRO e seguir as normas da ABNT.		
74	Furadeira e Parafusadeira a Bateria, tensão da bateria 12V, rotação máxima 700 rpm, acompanha carregador, 10 bits e extensor universal. Garantia mínima de 12 meses. O produto deverá possuir certificação INMETRO e seguir as normas da ABNT.	Unidade	1
75	Conjunto de Interruptor Simples, cor branca, corrente 10 A, tipo de placa 4x2, material plástico, modo de instalação sobrepor. Garantia mínima de 6 meses. O produto deverá possuir certificação INMETRO e seguir as normas da ABNT.	Conjunto	50
76	Interruptor, 3 sessões, modo de operação manual, tensão operacional 250V. Garantia mínima de 6 meses. O produto deverá possuir certificação INMETRO e seguir as normas da ABNT.	Conjunto	20
77	Joelho 45° soldável, bitola 25mm, material PVC, para água, tipo soldável. Garantia mínima de 6 meses. O produto deverá atender às normas da ABNT e possuir certificação INMETRO, quando aplicável.	Unidade	30
78	Joelho 90° PVC Marrom Soldável, bitola 1/2" (20mm), para água fria, tipo soldável. Garantia mínima de 6 meses. O produto deverá atender às normas da ABNT e possuir certificação INMETRO, quando aplicável.	Unidade	30
79	Joelho 90° PVC Marrom Soldável, bitola 3/4" (25mm), para água fria, tipo soldável. Garantia mínima de 6 meses. O produto deverá atender às normas da ABNT e possuir certificação INMETRO, quando aplicável.	Unidade	30
80	Joelho 90° PVC Marrom Soldável, bitola 1" (32mm), para água fria, tipo soldável. Garantia mínima de 6 meses. O produto deverá atender às normas da ABNT e possuir certificação INMETRO, quando aplicável.	Unidade	10
81	Joelho 90° PVC para Esgoto, bitola 100mm (4"), material PVC. Garantia mínima de 6 meses. O produto deverá atender às normas da ABNT e possuir certificação INMETRO, quando aplicável.	Unidade	20
82	Joelho 90° PVC para Esgoto, bitola 40mm (1.1/2"), material PVC. Garantia mínima de 6 meses. O produto deverá atender às normas da ABNT e possuir certificação INMETRO, quando aplicável.	Unidade	20
83	Joelho 90° PVC para Esgoto, bitola 50mm (2"), material PVC. Garantia mínima de 6 meses. O produto deverá atender às	Unidade	20



Rio Grande do Norte
Assembleia Legislativa

	normas da ABNT e possuir certificação INMETRO, quando aplicável.		
84	Lâmina para Serra Manual, material bimetal. Garantia mínima de 6 meses.	Unidade	2
85	Lanterna Recarregável, com 2 LEDs, bateria de Lítio, acompanha cabo USB. Garantia mínima de 6 meses. O produto deverá possuir certificação INMETRO e seguir as normas da ABNT.	Unidade	2
86	Limpa Contato em Spray, conteúdo 300ml, para limpeza e restauração de componentes eletrônicos. Garantia mínima de 6 meses.	Unidade	20
87	Luva Simples para Esgoto PVC, cor branca, bitola 100 mm, vedação por encaixe. Garantia mínima de 6 meses. O produto deverá atender às normas da ABNT e possuir certificação INMETRO, quando aplicável.	Unidade	20
88	Luva Simples para Esgoto PVC, cor branca, bitola 40 mm, vedação por encaixe. Garantia mínima de 6 meses. O produto deverá atender às normas da ABNT e possuir certificação INMETRO, quando aplicável.	Unidade	20
89	Luva Simples para Esgoto PVC, cor branca, bitola 50 mm, vedação por encaixe. Garantia mínima de 6 meses. O produto deverá atender às normas da ABNT e possuir certificação INMETRO, quando aplicável.	Unidade	20
90	Manta asfáltica adesiva, acabamento aluminizado. Garantia mínima de 6 meses.	Rolo	50
91	Marreta Oitavada, peso 3000g, cabeça Oitavada em aço forjado 55HRC, com cabo de madeira. Batente 55mm. Garantia mínima de 6 meses.	Unidade	2
92	Martelo de Unha, cabeça em aço forjado, cabo de fibra de vidro com revestimento emborrachado. Garantia mínima de 6 meses.	Unidade	3
93	Máscara Descartável PFF2(S) com válvula de exalação. Garantia mínima de 6 meses. O produto deverá possuir Certificado de Aprovação - CA do MTE.	Unidade	40
94	Mecanismo com Saída D´Água, acionamento superior, para caixa acoplada. Garantia mínima de 6 meses. O produto deverá atender às normas da ABNT e possuir certificação INMETRO, quando aplicável.	Conjunto	25
95	Kit Universal para Caixa Acoplada, com acionamento superior, material metal e plástico. Garantia mínima de 6 meses. O produto deverá atender às normas da ABNT e possuir certificação INMETRO, quando aplicável.	Conjunto	25



Rio Grande do Norte
Assembleia Legislativa

96	Mola Aérea Hidráulica para Porta, potência 2, para portas até 60kg. Garantia mínima de 6 meses.	Unidade	20
97	Óculos de Segurança, lentes incolor, com tratamento anti-risco, lente em Policarbonato, haste ajustável. Garantia mínima de 6 meses. O produto deverá possuir Certificado de Aprovação - CA do MTE.	Unidade	10
98	Óleo Lubrificante, conteúdo 100 ml. Garantia mínima de 6 meses.	Unidade	20
99	Bucha Plástica para Gesso, diâmetro 10mm, modelo SX, para placas de gesso, com parafuso, kit com 25 peças. Garantia mínima de 6 meses.	Kit	5
100	Bucha Nylon para Alvenaria, diâmetro 6mm, modelo SX, com parafuso, kit com 100 peças, com expansão de quatro vias e rebordo. Garantia mínima de 6 meses.	Kit	10
101	Bucha Nylon para Alvenaria, diâmetro 8mm, modelo SX, com parafuso, kit com 60 peças, com expansão de quatro vias e rebordo. Garantia mínima de 6 meses.	Kit	10
102	Placa Cega, formato quadrado, para caixa 4x4, material termoplástico. Garantia mínima de 6 meses. O produto deverá possuir certificação INMETRO e seguir as normas da ABNT.	Unidade	50
103	Plaina Elétrica, potência 500W, tensão 220V, com ajuste de profundidade de corte por passada de 1mm (máximo 2mm). Garantia mínima de 12 meses. O produto deverá possuir certificação INMETRO e seguir as normas da ABNT.	Unidade	1
104	Plug PVC Branco Roscável, bitola 3/4" (25mm), para água fria, tipo roscável. Garantia mínima de 6 meses. O produto deverá atender às normas da ABNT e possuir certificação INMETRO, quando aplicável.	Unidade	30
105	Plug PVC Branco Roscável, bitola 1" (32mm), tipo roscável. Garantia mínima de 6 meses. O produto deverá atender às normas da ABNT e possuir certificação INMETRO, quando aplicável.	Unidade	20
106	Plugue Fêmea, 2P+T, corrente nominal 10A, tensão 250V, material termoplástico antichama, contatos em liga de cobre. Garantia mínima de 6 meses. O produto deverá possuir certificação INMETRO e seguir as normas da ABNT.	Unidade	50
107	Plugue Fêmea, 2P+Terra, corrente nominal 20A, formato reto. Garantia mínima de 6 meses. O produto deverá possuir certificação INMETRO e seguir as normas da ABNT.	Unidade	20
108	Plugue Macho, 2P+T, corrente nominal 10A, tensão 250V, cor branca, materiais isolantes termoplásticos, contatos em	Unidade	50



Rio Grande do Norte
Assembleia Legislativa

	prata. Garantia mínima de 6 meses. O produto deverá possuir certificação INMETRO e seguir as normas da ABNT.		
109	Plugue Macho, 2 Pólos+Terra, corrente nominal 20A, tensão até 250V, cor branca, material plástico. Garantia mínima de 6 meses. O produto deverá possuir certificação INMETRO e seguir as normas da ABNT.	Unidade	20
110	Porta Cadeado, medida 2.1/2" (63,5 mm), material Aço, acabamento Zincado. Garantia mínima de 6 meses.	Unidade	10
111	Porta de Madeira Lisa, dimensões 80x210 cm, porta de abrir (giro), preenchimento interno tipo colmeia, largura indicada do batente 12 a 14 cm. Garantia mínima de 6 meses.	Unidade	2
112	Porta Lisa Laminada, dimensões 60 cm (L) x 210 cm (A) x 3,5 cm (E), lisa, laminada, sem furo e sem borda nos 2 lados. Garantia mínima de 6 meses.	Unidade	2
113	Porta Lisa Laminada, dimensões 90 cm (L) x 210 cm (A), composição Mdf, Duraplac e revestimento melamínico. Garantia mínima de 6 meses.	Unidade	2
114	Redução Excêntrica para Esgoto PVC, cor branca, vedação por encaixe, bitola principal 100mm, bitola de redução 50mm. Garantia mínima de 6 meses. O produto deverá atender às normas da ABNT e possuir certificação INMETRO, quando aplicável.	Unidade	20
115	Bucha de Redução Longa PVC, cor branca, bitola inicial 50mm, bitola de redução 40mm, tipo de conexão redução, vedação por encaixe. Garantia mínima de 6 meses. O produto deverá atender às normas da ABNT e possuir certificação INMETRO, quando aplicável.	Unidade	20
116	Corpo Registro de Gaveta, diâmetro nominal DN20 (3/4"), pressão de funcionamento mínima 2 mca, máxima 40 mca. Garantia mínima de 6 meses. O produto deverá atender às normas da ABNT e possuir certificação INMETRO, quando aplicável.	Unidade	10
117	Reparo Registro Gaveta, para diâmetro 3/4", com cunha, haste longa (98mm) e castelo. Diâmetro da rosca do castelo 32mm. Cunha com 34mm de altura. Garantia mínima de 6 meses. O produto deverá atender às normas da ABNT e possuir certificação INMETRO, quando aplicável.	Unidade	10
118	Rolo de Espuma com Suporte, largura 9cm, uso para verniz e stain em madeira, composição espuma de poliéster, tipo de manta alta. Garantia mínima de 6 meses.	Unidade	10
119	Rolo de Lã Sintética com Suporte, largura 9cm, uso para tintas acrílica e látex (PVA), aplicação em parede lisa e teto.	Unidade	10



Rio Grande do Norte
Assembleia Legislativa

	Garantia mínima de 6 meses.		
120	Sifão Universal, material plástico, cor branca, tipo de entrada simples. Garantia mínima de 6 meses. O produto deverá atender às normas da ABNT e possuir certificação INMETRO, quando aplicável.	Unidade	20
121	Silicone Acético, conteúdo 50g, cor transparente, tipo adesivo. Garantia mínima de 6 meses.	Unidade	20
122	Soprador Térmico, tensão 220V, trifásico. Estágio 1: 130 W... Estágio 3: 2.000 W. Garantia mínima de 12 meses. O produto deverá possuir certificação INMETRO e seguir as normas da ABNT.	Unidade	1
123	Suporte (Módulo) para caixa 4x4 para módulos elétricos, tipo de placa 4x4, material termoplástico, com capacidade para 6 módulos. Garantia mínima de 12 meses. O produto deverá possuir certificação INMETRO e seguir as normas da ABNT.	Unidade	50
124	Suporte para tomada (Módulo) para Placa, dimensões 4"x2", material plástico, capacidade para 2 ou 3 módulos. Garantia mínima de 6 meses. O produto deverá possuir certificação INMETRO e seguir as normas da ABNT.	Unidade	50
125	Suporte para TV Fixo, compatível com telas de 14" a 85", capacidade de carga até 100kg, local de fixação parede, material aço carbono, cor preta. Garantia mínima de 6 meses.	Unidade	2
126	Talhadeira Manual, diâmetro 3/4", comprimento 10", modelo redondo, material metal, com empunhadura. Garantia mínima de 6 meses.	Unidade	5
127	Tê Curto para Esgoto PVC Rígido, cor branca, bitola 100 mm, vedação por encaixe. Garantia mínima de 6 meses. O produto deverá atender às normas da ABNT e possuir certificação INMETRO, quando aplicável.	Unidade	10
128	Tê PVC para Esgoto, bitola 1 1/2" (40mm), material PVC. Garantia mínima de 6 meses. O produto deverá atender às normas da ABNT e possuir certificação INMETRO, quando aplicável.	Unidade	10
129	Tê Curto para Esgoto PVC Rígido, cor branca, bitola 50 mm, vedação por encaixe. Garantia mínima de 6 meses. O produto deverá atender às normas da ABNT e possuir certificação INMETRO, quando aplicável.	Unidade	10
130	Tinta Acrílica Fosca, volume 15L, cor Branco Neve, base água, para pintura em alvenaria. Garantia mínima de 6 meses.	Lata	10
131	Tinta Esmalte Sintético Alto Brilho, volume 3,6L, cor Cinza Médio, base solvente. Garantia mínima de 6 meses.	Galão	10



Rio Grande do Norte
Assembleia Legislativa

132	Tinta Esmalte Base Água Alto Brilho, volume 3,6L, cor Marrom Tabaco, base água. Garantia mínima de 6 meses.	Galão	5
133	Tinta Acrílica para Pisos, volume 3,6 L, acabamento fosco, uso interno e externo. Garantia mínima de 3 meses.	Galão	5
134	Conjunto de Tomada Dupla, placa tipo 4x2, 2P+T, corrente nominal 10A. Garantia mínima de 3 meses. O produto deverá possuir certificação INMETRO e seguir as normas da ABNT.	Conjunto	20
135	Conjunto de Tomada de Energia, 2 Módulos, 2P + T, corrente nominal 20A, cor branca, tipo de instalação embutir. Garantia mínima de 3 meses. O produto deverá possuir certificação INMETRO e seguir as normas da ABNT.	Conjunto	10
136	Tomada Dupla, sistema "X", corrente nominal 10A, tensão 250V, material termoplástico, modo de instalação sobrepor. Garantia mínima de 3 meses. O produto deverá possuir certificação INMETRO e seguir as normas da ABNT	Conjunto	10
137	Tomada Dupla, sistema "X", 2P + T, corrente nominal 20A, tensão 250V, material termoplástico, modo de instalação sobrepor. Garantia mínima de 3 meses. O produto deverá possuir certificação INMETRO e seguir as normas da ABNT.	Conjunto	10
138	Torneira de Cozinha Gourmet, instalação de mesa (bica flexível), acabamento cromado, acionamento manual. Garantia mínima de 6 meses. O produto deverá atender às normas da ABNT e possuir certificação INMETRO, quando aplicável.	Unidade	5
139	Torneira de Parede para Cozinha, instalação de parede, tipo de bica alta, conexão 1/2", acionamento manual. Garantia mínima de 6 meses. O produto deverá atender às normas da ABNT e possuir certificação INMETRO, quando aplicável.	Unidade	5
140	Torneira Gourmet Flexível, instalação de parede, acabamento cromado, acionamento manual, material metal. Garantia mínima de 6 meses. O produto deverá atender às normas da ABNT e possuir certificação INMETRO, quando aplicável.	Unidade	5
141	Torneira esfera com alavanca para jardim, conexão 1/2", modelo galvanizado. Garantia mínima de 6 meses. O produto deverá atender às normas da ABNT e possuir certificação INMETRO, quando aplicável.	Unidade	10
142	Trincha, tamanho 1.1/2 polegada, aplicação para esmalte e óleo, material plástico. Garantia mínima de 6 meses	Unidade	10
143	Trincha Simples, tamanho 2" polegada, aplicação para látex e acrílica, material plástico. Garantia mínima de 6 meses	Unidade	10
144	Verniz, base água, conteúdo 3,6L, acabamento acetinado,	Galão	5



Rio Grande do Norte
Assembleia Legislativa

	uso interno e externo. Garantia mínima de 6 meses.		
145	Zarcão, conteúdo 3,6L, acabamento fosco, base solvente. Garantia mínima de 6 meses.	Galão	5
146	Forro de Fibra Mineral, dimensões 625×625×12mm, caixa com 12 peças. Nível de Eficiência Térmica Nível 1. Modelo e-decore. Garantia mínima de 6 meses	Unidade	100

1.2. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E DA VINCULAÇÃO

2.1. Conforme artigo 92, II da Lei nº 14.133/2021 as partes declaram que se vinculam ao Edital do Pregão Eletrônico nº 0XX/2024 e à ARP nº XXX/2025, assim como ao Termo de Referência e à proposta da CONTRATADA.

2.2. Aplicam-se ao presente contrato os preceitos da Lei nº 14.133/2021, e o disposto no Processo nº 7086/2025-68, que precedeu e deu origem a este instrumento.

2.3. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133/2021 e demais normas federais aplicáveis e do Ato da Mesa nº 2531/2023, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos Contratos.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA EXECUÇÃO OU FORMA DE FORNECIMENTO

3.1. A Contratada deverá proceder à entrega dos produtos objeto deste Instrumento, na quantidade solicitada, no prazo máximo de 5 (cinco) dias



Rio Grande do Norte
Assembleia Legislativa

úteis, a contar do recebimento da Nota de Empenho;

3.2. Somente em casos excepcionais, devidamente comprovados, poderá ser concedida, a critério da contratante, prorrogação dos prazos descritos nesta cláusula;

3.3. A entrega dos itens deverá ser realizada no ALMOXARIFADO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, localizado na Praça 7 de Setembro, 120, Cidade Alta, Natal/RN, no horário das 08h às 14h de segunda a sexta-feira, exceto nos feriados e dias facultativos, correndo por conta da Contratada todas as despesas de embalagem, seguro, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes do fornecimento;

3.4. Todos os itens devem ser entregues em perfeito estado, sem amassados, em embalagens que garantam a sua integridade física, nas condições e temperatura indicados pelo fabricante; sendo acompanhados, quando for o caso, do manual que deve estar em língua portuguesa.

3.5. Os custos de substituição de itens rejeitados correrão exclusivamente às expensas da Contratada, sendo vedado à fiscalização se responsabilizar pelo encaminhamento dos bens rejeitados.

3.6. A garantia dos itens será de responsabilidade exclusiva da Contratada, sendo vedada sua transferência para terceiros.

3.7. Durante o período de garantia, o contratado uma vez notificado finalizará a reparação ou realizará a substituição dos bens que apresentarem



Rio Grande do Norte
Assembleia Legislativa

vício ou defeito no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da notificação.

CLÁUSULA QUARTA – DA SUSTENTABILIDADE

4.1. Os bens devam ser acondicionados em embalagem adequada, com o menor volume possível.

4.2. Os bens devem não conter substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

CLÁUSULA QUINTA – DO VALOR

5.1. O **valor total estimado** a ser pago à CONTRATADA pela aquisição dos bens que compõem o objeto deste contrato será de R\$ XXXXXXXX(XXXXXXXXXX), conforme o quadro abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	U. M.	QND.	VALOR UNT.	VALOR TOTAL
1	Disco de corte para concreto e mármore, tecnologia diamantada, diâmetro de 110 mm, furo central de 20 mm. Garantia mínima de 6 meses.	Unidade	10	R\$ XXXX	R\$ XXXX
2	Abraçadeira de nylon, dimensões 4,8x300MM, embalagem com 100 unidades. Garantia mínima de 6 meses.	Pacote	50	R\$ XXXX	R\$ XXXX



Rio Grande do Norte
Assembleia Legislativa

3	Abraçadeira para eletroduto, bitola 1", fabricada em PVC. Garantia mínima de 6 meses.	Unidade	50	R\$XXXX	R\$XXXX
4	Abraçadeira tipo Policloropreno para eletroduto, bitola ½". Garantia mínima de 6 meses.	Unidade	50	R\$XXXX	R\$XXXX
5	Abraçadeira tipo Policloropreno para eletroduto, bitola ¾". Garantia mínima de 6 meses.	Unidade	50	R\$XXXX	R\$XXXX
6	Adaptador tipo Tê para tomada, 3 saídas, corrente nominal 10A. Garantia mínima de 6 meses. O produto deverá possuir certificação INMETRO e seguir as normas da ABNT.	Unidade	50	R\$XXXX	R\$XXXX
7	Adesivo estrutural epóxi, bicomponente, conteúdo líquido 1 kg, média viscosidade, para colagens estruturais. Garantia mínima de 6 meses.	Unidade	10	R\$XXXX	R\$XXXX
8	Anel de vedação e fixação universal para caixa acoplada, para ligação do vaso sanitário com a tubulação de esgoto. Garantia mínima de 6 meses. O produto deverá atender às normas da ABNT e possuir certificação INMETRO, quando aplicável.	Unidade	25	R\$XXXX	R\$XXXX
9	Arame para cerca elétrica, aço inox, diâmetro 0,9 mm, rolo com 180 metros. Garantia mínima de 6 meses.	Unidade	3	R\$XXXX	R\$XXXX
10	Arco de serra para lâminas de 12", acompanha lâmina de serra de aço carbono. Garantia mínima de 6 meses.	Unidade	10	R\$XXXX	R\$XXXX
11	Assento sanitário almofadado, modelo universal. Garantia mínima de 6 meses.	Unidade	50	R\$XXXX	R\$XXXX
12	Boia chave elétrica superior e inferior para caixa de água, tensão de operação 125V a 220V CA, corrente nominal 15A, compatível com motores até 1CV (220V). Garantia mínima de 6 meses. O produto deverá possuir certificação INMETRO e seguir as normas da ABNT.	Unidade	15	R\$XXXX	R\$XXXX
13	Bucha e parafuso para Gesso, diâmetro 8 MM. Garantia mínima de 6 meses.	Unidade	200	R\$XXXX	R\$XXXX
14	Cabo flexível, seção 10 MM, cor preta, material do condutor Cobre, tensão de isolamento 750V, temperatura máxima de operação 70°C.	Metro	500	R\$XXXX	R\$XXXX



Rio Grande do Norte
Assembleia Legislativa

	Garantia mínima de 6 meses. O produto deverá possuir certificação INMETRO e seguir as normas da ABNT.				
15	Cabo flexível, seção 16 MM, cor preta, material do condutor Cobre, tensão de isolamento 750V, temperatura máxima de operação 70°C. Garantia mínima de 6 meses. O produto deverá possuir certificação INMETRO e seguir as normas da ABNT.	Metro	200	R\$XXXX	R\$XXXX
16	Cabo flexível, seção 2,5 MM, cor branca, material do condutor Cobre, tensão de isolamento 750V. Garantia mínima de 6 meses. O produto deverá possuir certificação INMETRO e seguir as normas da ABNT.	Metro	1000	R\$XXXX	R\$XXXX
17	Cabo flexível, seção 2,5 MM, cor azul, material do condutor Cobre, corrente nominal 24A, tensão de isolamento 750V. Garantia mínima de 6 meses. O produto deverá possuir certificação INMETRO e seguir as normas da ABNT.	Metro	1000	R\$XXXX	R\$XXXX
18	Cabo flexível, seção 2,5 MM, cor preta, material do condutor Cobre, corrente nominal 24A, tensão de isolamento 750V. Garantia mínima de 6 meses. O produto deverá possuir certificação INMETRO e seguir as normas da ABNT.	Metro	1000	R\$XXXX	R\$XXXX
19	Cabo flexível, seção 2,5 MM, cor verde, material do condutor Cobre, corrente nominal 24A, tensão de isolamento 750V. Garantia mínima de 6 meses. O produto deverá possuir certificação INMETRO e seguir as normas da ABNT.	Metro	500	R\$XXXX	R\$XXXX
20	Cabo flexível, seção 2,5 MM, cor vermelha, material do condutor Cobre, corrente nominal 24A, tensão de isolamento 750V. Garantia mínima de 6 meses. O produto deverá possuir certificação INMETRO e seguir as normas da ABNT.	Metro	1000	R\$XXXX	R\$XXXX
21	Cabo flexível, seção 4,0 MM, cor verde, material do condutor Cobre, corrente nominal 32A, tensão de isolamento 750V. Garantia mínima de 6 meses. O produto deverá possuir	Metro	500	R\$XXXX	R\$XXXX



Rio Grande do Norte
Assembleia Legislativa

	certificação INMETRO e seguir as normas da ABNT.				
22	Cabo flexível, seção 4,0 MM, cor vermelha, material do condutor Cobre, corrente nominal 32A, tensão de isolamento 750V. Garantia mínima de 6 meses. O produto deverá possuir certificação INMETRO e seguir as normas da ABNT.	Metro	500	R\$XXXX	R\$XXXX
23	Cabo flexível, seção 6,0 MM, cor verde, tensão elétrica máxima 750 V, material Cobre, característica antichamas. Garantia mínima de 6 meses. O produto deverá possuir certificação INMETRO e seguir as normas da ABNT.	Metro	500	R\$XXXX	R\$XXXX
24	Cabo flexível, seção 6,0 MM, cor vermelha, tensão elétrica máxima 750 V, material Cobre, característica antichamas. Garantia mínima de 6 meses. O produto deverá possuir certificação INMETRO e seguir as normas da ABNT.	Metro	500	R\$XXXX	R\$XXXX
25	Cabo flexível, seção 6,0 MM, cor azul, tensão elétrica máxima 750 V, material Cobre, característica antichamas. Garantia mínima de 6 meses. O produto deverá possuir certificação INMETRO e seguir as normas da ABNT.	Metro	500	R\$XXXX	R\$XXXX
26	Cabo PP Flexível, seção 3x1,5mm, corrente nominal 15A, condutor de fase. Garantia mínima de 6 meses. O produto deverá possuir certificação INMETRO e seguir as normas da ABNT.	Metro	200	R\$XXXX	R\$XXXX
27	Cabo Flex PP, tensão 500V, seção 3x2,50mm, cor preta. Garantia mínima de 6 meses. O produto deverá possuir certificação INMETRO e seguir as normas da ABNT.	Metro	100	R\$XXXX	R\$XXXX
28	Cadeado, diâmetro 30 MM, corpo e chave em latão, com partes em aço inox e materiais não ferrosos. Garantia mínima de 6 meses.	Unidade	10	R\$XXXX	R\$XXXX
29	Cadeado, diâmetro 50 MM, corpo e chave em latão, com partes em aço inox e materiais não ferrosos. Garantia mínima de 6 meses.	Unidade	10	R\$XXXX	R\$XXXX



Rio Grande do Norte
Assembleia Legislativa

30	Cadeado, diâmetro 70 MM, corpo e chave em latão, com partes em aço inox e materiais não ferrosos. Garantia mínima de 6 meses.	Unidade	5	R\$XXXX	R\$XXXX
31	Campainha sem Fio, com 2 acionadores, material plástico, tipo de som “ding-dong” musical. Garantia mínima de 6 meses. O produto deverá possuir certificação INMETRO e seguir as normas da ABNT.	Unidade	30	R\$XXXX	R\$XXXX
32	Cano PVC para Esgoto, bitola 100mm (4”), comprimento 3m. Garantia mínima de 6 meses. O produto deverá atender às normas da ABNT e possuir certificação INMETRO, quando aplicável.	Unidade	30	R\$XXXX	R\$XXXX
33	Cano PVC para Esgoto, bitola 40mm (1.1/2”), comprimento 3m. Garantia mínima de 6 meses. O produto deverá atender às normas da ABNT e possuir certificação INMETRO, quando aplicável.	Unidade	30	R\$XXXX	R\$XXXX
34	Cano PVC para Esgoto, bitola 50mm (2”), comprimento 3m. Garantia mínima de 6 meses. O produto deverá atender às normas da ABNT e possuir certificação INMETRO, quando aplicável.	Unidade	30	R\$XXXX	R\$XXXX
35	Cano PVC Marrom Soldável, bitola 1/2" (20mm), para água fria, tipo soldável, comprimento 6m. Garantia mínima de 6 meses. O produto deverá atender às normas da ABNT e possuir certificação INMETRO, quando aplicável.	Unidade	100	R\$XXXX	R\$XXXX
36	Cap PVC Branco para Esgoto, vedação por encaixe, bitola 100mm. Garantia mínima de 6 meses. O produto deverá atender às normas da ABNT e possuir certificação INMETRO, quando aplicável.	Unidade	20	R\$XXXX	R\$XXXX
37	Cap PVC Branco para Esgoto, vedação por encaixe, bitola 40mm. Garantia mínima de 6 meses. O produto deverá atender às normas da ABNT e possuir certificação INMETRO, quando aplicável.	Unidade	20	R\$XXXX	R\$XXXX
38	Cap PVC Branco para Esgoto, vedação por encaixe, bitola 50mm. Garantia mínima de 6 meses. O produto deverá atender às normas da ABNT e possuir certificação INMETRO,	Unidade	20	R\$XXXX	R\$XXXX



Rio Grande do Norte
Assembleia Legislativa

	quando aplicável.				
39	Colher de Pedreiro Oval, tamanho 9 polegadas (225mm), com cabo de madeira. Lâmina em Aço de Alto Carbono. Garantia mínima de 6 meses.	Unidade	5	R\$XXXX	R\$XXXX
40	Curva 45° para Esgoto PVC, cor branca, bitola 100 mm. Garantia mínima de 6 meses. O produto deverá atender às normas da ABNT e possuir certificação INMETRO, quando aplicável.	Unidade	10	R\$XXXX	R\$XXXX
41	Curva 45° Longa para Esgoto PVC, cor branca, bitola 40mm (1.1/2"). Garantia mínima de 6 meses. O produto deverá atender às normas da ABNT e possuir certificação INMETRO, quando aplicável.	Unidade	10	R\$XXXX	R\$XXXX
42	Curva Longa 45° para Esgoto PVC Rígido, cor branca, bitola 50 mm. Garantia mínima de 6 meses. O produto deverá atender às normas da ABNT e possuir certificação INMETRO, quando aplicável.	Unidade	10	R\$XXXX	R\$XXXX
43	Curva Curta 90° PVC, cor branca, bitola 100 mm. Garantia mínima de 6 meses. O produto deverá atender às normas da ABNT e possuir certificação INMETRO, quando aplicável.	Unidade	20	R\$XXXX	R\$XXXX
44	Curva Curta 90° PVC, cor branca, bitola 40 mm. Garantia mínima de 6 meses. O produto deverá atender às normas da ABNT e possuir certificação INMETRO, quando aplicável.	Unidade	20	R\$XXXX	R\$XXXX
45	Curva Longa 90° para Esgoto PVC Rígido, cor branca, bitola 50 mm. Garantia mínima de 6 meses. O produto deverá atender às normas da ABNT e possuir certificação INMETRO, quando aplicável.	Unidade	20	R\$XXXX	R\$XXXX
46	Desempenadeira Aço, dentada, perfil 8x8mm. Garantia mínima de 6 meses.	Unidade	5	R\$XXXX	R\$XXXX
47	Desempenadeira de Aço Inox, dimensões 12x30 cm. Garantia mínima de 6 meses.	Unidade	5	R\$XXXX	R\$XXXX
48	Spray Antiferrugem Desengripante, conteúdo 250ml. Garantia mínima de 6 meses.	Unidade	10	R\$XXXX	R\$XXXX
49	Desentupidor, material Aço, comprimento 10m, uso manual, atende tubulação até 2	Unidade	1	R\$XXXX	R\$XXXX



Rio Grande do Norte
Assembleia Legislativa

	polegadas (50mm). Garantia mínima de 6 meses.				
50	Disjuntor, trifásico, corrente nominal 100A, curva C. Garantia mínima de 12 meses. O produto deverá possuir certificação INMETRO e seguir as normas da ABNT.	Unidade	2	R\$XXXX	R\$XXXX
51	Disjuntor, corrente nominal 35A, Tripolar (3P), Curva C. Permite conexão de cabos de 1,5mm² até 50,0mm². Garantia mínima de 12 meses. O produto deverá possuir certificação INMETRO e seguir as normas da ABNT.	Unidade	2	R\$XXXX	R\$XXXX
52	Disjuntor, tripolar, corrente nominal 50 A, curva de disparo C. Garantia mínima de 12 meses. O produto deverá possuir certificação INMETRO e seguir as normas da ABNT.	Unidade	2	R\$XXXX	R\$XXXX
53	Disjuntor DIN, tripolar, tensão nominal 415V, corrente nominal 63A, curva C. Garantia mínima de 12 meses. O produto deverá possuir certificação INMETRO e seguir as normas da ABNT.	Unidade	2	R\$XXXX	R\$XXXX
54	Disjuntor, trifásico, corrente nominal 100A, curva C. Garantia mínima de 12 meses. O produto deverá possuir certificação INMETRO e seguir as normas da ABNT.	Unidade	2	R\$XXXX	R\$XXXX
55	Disjuntor DIN, monopolar, tensão nominal 220V-400V, corrente nominal 10A, Curva C. Garantia mínima de 12 meses. O produto deverá possuir certificação INMETRO e seguir as normas da ABNT.	Unidade	10	R\$XXXX	R\$XXXX
56	Disjuntor, monopolar, corrente nominal 16 A, curva de disparo C. Garantia mínima de 12 meses. O produto deverá possuir certificação INMETRO e seguir as normas da ABNT.	Unidade	10	R\$XXXX	R\$XXXX
57	Driver para Pannel LED, potência 52W, saída DC 25-45V, 1.2A. Garantia mínima de 12 meses. O produto deverá possuir certificação INMETRO e seguir as normas da ABNT.	Unidade	50	R\$XXXX	R\$XXXX
58	Ducha Higiênica com Registro, acabamento cromado, conexão de ¼". Material aço inox e plástico de engenharia. Garantia mínima de 6 meses. O produto deverá atender às normas da ABNT e possuir certificação INMETRO,	Unidade	50	R\$XXXX	R\$XXXX



Rio Grande do Norte
Assembleia Legislativa

	quando aplicável.				
59	Eletrodo Nível, haste em aço inox com revestimento em ABS, temperatura máxima de operação +65°C, tensão no eletrodo 10 a 30Vca, corrente máxima 30mA. Garantia mínima de 3 meses. O produto deverá possuir certificação INMETRO e seguir as normas da ABNT.	Unidade	100	R\$XXXX	R\$XXXX
60	Engate de Plástico Flexível Universal, comprimento 40 cm, diâmetro 1,27cm (1/2"), material PVC. Garantia mínima de 6 meses.	Unidade	100	R\$XXXX	R\$XXXX
61	Espátula betumadeira, lâmina em Aço Inoxidável, largura da lâmina 4" (101 mm), cabo de madeira, perfil de raspagem liso. Garantia mínima de 6 meses.	Unidade	5	R\$XXXX	R\$XXXX
62	Extensor Telescópico, comprimento 3m. Garantia mínima de 6 meses.	Unidade	2	R\$XXXX	R\$XXXX
63	Fechadura Externa, com espelho e maçaneta, acabamento cromado, material aço. Garantia mínima de 6 meses.	Unidade	20	R\$XXXX	R\$XXXX
64	Fechadura para Porta de Entrada, diâmetro do corpo 40mm, chave simples, acabamento cromado, maçaneta tipo alavanca, material metal. Garantia mínima de 6 meses.	Unidade	20	R\$XXXX	R\$XXXX
65	Fecho Elétrico, modelo FEC-91, tensão 12V, modo de aplicação embutir. Garantia mínima de 6 meses. O produto deverá possuir certificação INMETRO e seguir as normas da ABNT.	Unidade	26	R\$XXXX	R\$XXXX
66	Fita Isolante Autofusão, material borracha, dimensões 19mm (largura) x 10m (comprimento) x 0,76mm (espessura). Garantia mínima de 6 meses. O produto deverá possuir certificação INMETRO e seguir as normas da ABNT.	Rolo	50	R\$XXXX	R\$XXXX
67	Fita Dupla Face, para ambiente interno, dimensões 25mm x 20m. Garantia mínima de 6 meses.	Rolo	50	R\$XXXX	R\$XXXX
68	Fita Isolante, dimensões 19mm x 20m, material filme a base de PVC e adesivo a base de borracha. Garantia mínima de 6 meses. O	Rolo	50	R\$XXXX	R\$XXXX



Rio Grande do Norte
Assembleia Legislativa

	produto deverá possuir certificação INMETRO e seguir as normas da ABNT.				
69	Fita Veda Rosca, dimensões 12mm x 25m, cor branca, material Politetrafluoretileno (PTFE). Garantia mínima de 6 meses.	Rolo	50	R\$XXXX	R\$XXXX
70	Fixador de Porta para Piso, material aço, acabamento niquelado. Garantia mínima de 6 meses.	Unidade	30	R\$XXXX	R\$XXXX
71	Fonte com Receptor e 2 Controles Remoto para Fechadura Elétrica, saída 12Vcc Pulsante, receptor 433,92 Mhz, rede elétrica bivolt automático 110/220V. Garantia mínima de 6 meses. O produto deverá possuir certificação INMETRO e seguir as normas da ABNT.	Unidade	20	R\$XXXX	R\$XXXX
72	Forro Mineral, tipo Scala - Lay-in T24, dimensões 16 x 1250 x 625mm, caixa com 8 placas. Resistência ao Fogo classe A. Garantia mínima de 2 anos.	Unidade	100	R\$XXXX	R\$XXXX
73	Furadeira de Impacto, potência 750W, tensão 220V, inclui maleta, chave de mandril, empunhadura e limitador de profundidade. Garantia mínima de 12 meses. O produto deverá possuir certificação INMETRO e seguir as normas da ABNT.	Unidade	1	R\$XXXX	R\$XXXX
74	Furadeira e Parafusadeira a Bateria, tensão da bateria 12V, rotação máxima 700 rpm, acompanha carregador, 10 bits e extensor universal. Garantia mínima de 12 meses. O produto deverá possuir certificação INMETRO e seguir as normas da ABNT.	Unidade	1	R\$XXXX	R\$XXXX
75	Conjunto de Interruptor Simples, cor branca, corrente 10 A, tipo de placa 4x2, material plástico, modo de instalação sobrepor. Garantia mínima de 6 meses. O produto deverá possuir certificação INMETRO e seguir as normas da ABNT.	Conjunto	50	R\$XXXX	R\$XXXX
76	Interruptor, 3 sessões, modo de operação manual, tensão operacional 250V. Garantia mínima de 6 meses. O produto deverá possuir certificação INMETRO e seguir as normas da ABNT.	Conjunto	20	R\$XXXX	R\$XXXX



Rio Grande do Norte
Assembleia Legislativa

77	Joelho 45° soldável, bitola 25mm, material PVC, para água, tipo soldável. Garantia mínima de 6 meses. O produto deverá atender às normas da ABNT e possuir certificação INMETRO, quando aplicável.	Unidade	30	R\$XXXX	R\$XXXX
78	Joelho 90° PVC Marrom Soldável, bitola 1/2" (20mm), para água fria, tipo soldável. Garantia mínima de 6 meses. O produto deverá atender às normas da ABNT e possuir certificação INMETRO, quando aplicável.	Unidade	30	R\$XXXX	R\$XXXX
79	Joelho 90° PVC Marrom Soldável, bitola 3/4" (25mm), para água fria, tipo soldável. Garantia mínima de 6 meses. O produto deverá atender às normas da ABNT e possuir certificação INMETRO, quando aplicável.	Unidade	30	R\$XXXX	R\$XXXX
80	Joelho 90° PVC Marrom Soldável, bitola 1" (32mm), para água fria, tipo soldável. Garantia mínima de 6 meses. O produto deverá atender às normas da ABNT e possuir certificação INMETRO, quando aplicável.	Unidade	10	R\$XXXX	R\$XXXX
81	Joelho 90° PVC para Esgoto, bitola 100mm (4"), material PVC. Garantia mínima de 6 meses. O produto deverá atender às normas da ABNT e possuir certificação INMETRO, quando aplicável.	Unidade	20	R\$XXXX	R\$XXXX
82	Joelho 90° PVC para Esgoto, bitola 40mm (1.1/2"), material PVC. Garantia mínima de 6 meses. O produto deverá atender às normas da ABNT e possuir certificação INMETRO, quando aplicável.	Unidade	20	R\$XXXX	R\$XXXX
83	Joelho 90° PVC para Esgoto, bitola 50mm (2"), material PVC. Garantia mínima de 6 meses. O produto deverá atender às normas da ABNT e possuir certificação INMETRO, quando aplicável.	Unidade	20	R\$XXXX	R\$XXXX
84	Lâmina para Serra Manual, material bimetal. Garantia mínima de 6 meses.	Unidade	2	R\$XXXX	R\$XXXX
85	Lanterna Recarregável, com 2 LEDs, bateria de Lítio, acompanha cabo USB. Garantia mínima de 6 meses. O produto deverá possuir certificação INMETRO e seguir as normas da ABNT.	Unidade	2	R\$XXXX	R\$XXXX



Rio Grande do Norte
Assembleia Legislativa

86	Limpa Contato em Spray, conteúdo 300ml, para limpeza e restauração de componentes eletrônicos. Garantia mínima de 6 meses.	Unidade	20	R\$XXXX	R\$XXXX
87	Luva Simples para Esgoto PVC, cor branca, bitola 100 mm, vedação por encaixe. Garantia mínima de 6 meses. O produto deverá atender às normas da ABNT e possuir certificação INMETRO, quando aplicável.	Unidade	20	R\$XXXX	R\$XXXX
88	Luva Simples para Esgoto PVC, cor branca, bitola 40 mm, vedação por encaixe. Garantia mínima de 6 meses. O produto deverá atender às normas da ABNT e possuir certificação INMETRO, quando aplicável.	Unidade	20	R\$XXXX	R\$XXXX
89	Luva Simples para Esgoto PVC, cor branca, bitola 50 mm, vedação por encaixe. Garantia mínima de 6 meses. O produto deverá atender às normas da ABNT e possuir certificação INMETRO, quando aplicável.	Unidade	20	R\$XXXX	R\$XXXX
90	Manta asfáltica adesiva, acabamento aluminizado. Garantia mínima de 6 meses.	Rolo	50	R\$XXXX	R\$XXXX
91	Marreta Oitavada, peso 3000g, cabeça Oitavada em aço forjado 55HRc, com cabo de madeira. Batente 55mm. Garantia mínima de 6 meses.	Unidade	2	R\$XXXX	R\$XXXX
92	Martelo de Unha, cabeça em aço forjado, cabo de fibra de vidro com revestimento emborrachado. Garantia mínima de 6 meses.	Unidade	3	R\$XXXX	R\$XXXX
93	Máscara Descartável PFF2(S) com válvula de exalação. Garantia mínima de 6 meses. O produto deverá possuir Certificado de Aprovação - CA do MTE.	Unidade	40	R\$XXXX	R\$XXXX
94	Mecanismo com Saída D'Água, acionamento superior, para caixa acoplada. Garantia mínima de 6 meses. O produto deverá atender às normas da ABNT e possuir certificação INMETRO, quando aplicável.	Conjunto	25	R\$XXXX	R\$XXXX
95	Kit Universal para Caixa Acoplada, com acionamento superior, material metal e plástico. Garantia mínima de 6 meses. O produto deverá atender às normas da ABNT e possuir certificação INMETRO, quando aplicável.	Conjunto	25	R\$XXXX	R\$XXXX



Rio Grande do Norte
Assembleia Legislativa

96	Mola Aérea Hidráulica para Porta, potência 2, para portas até 60kg. Garantia mínima de 6 meses.	Unidade	20	R\$XXXX	R\$XXXX
97	Óculos de Segurança, lentes incolor, com tratamento anti-risco, lente em Policarbonato, haste ajustável. Garantia mínima de 6 meses. O produto deverá possuir Certificado de Aprovação - CA do MTE.	Unidade	10	R\$XXXX	R\$XXXX
98	Óleo Lubrificante, conteúdo 100 ml. Garantia mínima de 6 meses.	Unidade	20	R\$XXXX	R\$XXXX
99	Bucha Plástica para Gesso, diâmetro 10mm, modelo SX, para placas de gesso, com parafuso, kit com 25 peças. Garantia mínima de 6 meses.	Kit	5	R\$XXXX	R\$XXXX
100	Bucha Nylon para Alvenaria, diâmetro 6mm, modelo SX, com parafuso, kit com 100 peças, com expansão de quatro vias e rebordo. Garantia mínima de 6 meses.	Kit	10	R\$XXXX	R\$XXXX
101	Bucha Nylon para Alvenaria, diâmetro 8mm, modelo SX, com parafuso, kit com 60 peças, com expansão de quatro vias e rebordo. Garantia mínima de 6 meses.	Kit	10	R\$XXXX	R\$XXXX
102	Placa Cega, formato quadrado, para caixa 4x4, material termoplástico. Garantia mínima de 6 meses. O produto deverá possuir certificação INMETRO e seguir as normas da ABNT.	Unidade	50	R\$XXXX	R\$XXXX
103	Plaina Elétrica, potência 500W, tensão 220V, com ajuste de profundidade de corte por passada de 1mm (máximo 2mm). Garantia mínima de 12 meses. O produto deverá possuir certificação INMETRO e seguir as normas da ABNT.	Unidade	1	R\$XXXX	R\$XXXX
104	Plug PVC Branco Roscável, bitola 3/4" (25mm), para água fria, tipo roscável. Garantia mínima de 6 meses. O produto deverá atender às normas da ABNT e possuir certificação INMETRO, quando aplicável.	Unidade	30	R\$XXXX	R\$XXXX
105	Plug PVC Branco Roscável, bitola 1" (32mm), tipo roscável. Garantia mínima de 6 meses. O produto deverá atender às normas da ABNT e possuir certificação INMETRO, quando aplicável.	Unidade	20	R\$XXXX	R\$XXXX



Rio Grande do Norte
Assembleia Legislativa

106	Plugue Fêmea, 2P+T, corrente nominal 10A, tensão 250V, material termoplástico antichama, contatos em liga de cobre. Garantia mínima de 6 meses. O produto deverá possuir certificação INMETRO e seguir as normas da ABNT.	Unidade	50	R\$XXXX	R\$XXXX
107	Plugue Fêmea, 2P+Terra, corrente nominal 20A, formato reto. Garantia mínima de 6 meses. O produto deverá possuir certificação INMETRO e seguir as normas da ABNT.	Unidade	20	R\$XXXX	R\$XXXX
108	Plugue Macho, 2P+T, corrente nominal 10A, tensão 250V, cor branca, materiais isolantes termoplásticos, contatos em prata. Garantia mínima de 6 meses. O produto deverá possuir certificação INMETRO e seguir as normas da ABNT.	Unidade	50	R\$XXXX	R\$XXXX
109	Plugue Macho, 2 Pólos+Terra, corrente nominal 20A, tensão até 250V, cor branca, material plástico. Garantia mínima de 6 meses. O produto deverá possuir certificação INMETRO e seguir as normas da ABNT.	Unidade	20	R\$XXXX	R\$XXXX
110	Porta Cadeado, medida 2.1/2" (63,5 mm), material Aço, acabamento Zincado. Garantia mínima de 6 meses.	Unidade	10	R\$XXXX	R\$XXXX
111	Porta de Madeira Lisa, dimensões 80x210 cm, porta de abrir (giro), preenchimento interno tipo colmeia, largura indicada do batente 12 a 14 cm. Garantia mínima de 6 meses.	Unidade	2	R\$XXXX	R\$XXXX
112	Porta Lisa Laminada, dimensões 60 cm (L) x 210 cm (A) x 3,5 cm (E), lisa, laminada, sem furo e sem borda nos 2 lados. Garantia mínima de 6 meses.	Unidade	2	R\$XXXX	R\$XXXX
113	Porta Lisa Laminada, dimensões 90 cm (L) x 210 cm (A), composição Mdf, Duraplac e revestimento melamínico. Garantia mínima de 6 meses.	Unidade	2	R\$XXXX	R\$XXXX
114	Redução Excêntrica para Esgoto PVC, cor branca, vedação por encaixe, bitola principal 100mm, bitola de redução 50mm. Garantia mínima de 6 meses. O produto deverá atender às normas da ABNT e possuir certificação INMETRO, quando aplicável.	Unidade	20	R\$XXXX	R\$XXXX



Rio Grande do Norte
Assembleia Legislativa

115	Bucha de Redução Longa PVC, cor branca, bitola inicial 50mm, bitola de redução 40mm, tipo de conexão redução, vedação por encaixe. Garantia mínima de 6 meses. O produto deverá atender às normas da ABNT e possuir certificação INMETRO, quando aplicável.	Unidade	20	R\$XXXX	R\$XXXX
116	Corpo Registro de Gaveta, diâmetro nominal DN20 (3/4"), pressão de funcionamento mínima 2 mca, máxima 40 mca. Garantia mínima de 6 meses. O produto deverá atender às normas da ABNT e possuir certificação INMETRO, quando aplicável.	Unidade	10	R\$XXXX	R\$XXXX
117	Reparo Registro Gaveta, para diâmetro 3/4", com cunha, haste longa (98mm) e castelo. Diâmetro da rosca do castelo 32mm. Cunha com 34mm de altura. Garantia mínima de 6 meses. O produto deverá atender às normas da ABNT e possuir certificação INMETRO, quando aplicável.	Unidade	10	R\$XXXX	R\$XXXX
118	Rolo de Espuma com Suporte, largura 9cm, uso para verniz e stain em madeira, composição espuma de poliéster, tipo de manta alta. Garantia mínima de 6 meses.	Unidade	10	R\$XXXX	R\$XXXX
119	Rolo de Lã Sintética com Suporte, largura 9cm, uso para tintas acrílica e látex (PVA), aplicação em parede lisa e teto. Garantia mínima de 6 meses.	Unidade	10	R\$XXXX	R\$XXXX
120	Sifão Universal, material plástico, cor branca, tipo de entrada simples. Garantia mínima de 6 meses. O produto deverá atender às normas da ABNT e possuir certificação INMETRO, quando aplicável.	Unidade	20	R\$XXXX	R\$XXXX
121	Silicone Acético, conteúdo 50g, cor transparente, tipo adesivo. Garantia mínima de 6 meses.	Unidade	20	R\$XXXX	R\$XXXX
122	Soprador Térmico, tensão 220V, trifásico. Estágio 1: 130 W... Estágio 3: 2.000 W. Garantia mínima de 12 meses. O produto deverá possuir certificação INMETRO e seguir as normas da ABNT.	Unidade	1	R\$XXXX	R\$XXXX
123	Suporte (Módulo) para caixa 4x4 para módulos elétricos, tipo de placa 4x4, material	Unidade	50	R\$XXXX	R\$XXXX



Rio Grande do Norte
Assembleia Legislativa

	termoplástico, com capacidade para 6 módulos. Garantia mínima de 12 meses. O produto deverá possuir certificação INMETRO e seguir as normas da ABNT.				
124	Suporte para tomada (Módulo) para Placa, dimensões 4"x2", material plástico, capacidade para 2 ou 3 módulos. Garantia mínima de 6 meses. O produto deverá possuir certificação INMETRO e seguir as normas da ABNT.	Unidade	50	R\$XXXX	R\$XXXX
125	Suporte para TV Fixo, compatível com telas de 14" a 85", capacidade de carga até 100kg, local de fixação parede, material aço carbono, cor preta. Garantia mínima de 6 meses.	Unidade	2	R\$XXXX	R\$XXXX
126	Talhadeira Manual, diâmetro 3/4", comprimento 10", modelo redondo, material metal, com empunhadura. Garantia mínima de 6 meses.	Unidade	5	R\$XXXX	R\$XXXX
127	Tê Curto para Esgoto PVC Rígido, cor branca, bitola 100 mm, vedação por encaixe. Garantia mínima de 6 meses. O produto deverá atender às normas da ABNT e possuir certificação INMETRO, quando aplicável.	Unidade	10	R\$XXXX	R\$XXXX
128	Tê PVC para Esgoto, bitola 1.1/2" (40mm), material PVC. Garantia mínima de 6 meses. O produto deverá atender às normas da ABNT e possuir certificação INMETRO, quando aplicável.	Unidade	10	R\$XXXX	R\$XXXX
129	Tê Curto para Esgoto PVC Rígido, cor branca, bitola 50 mm, vedação por encaixe. Garantia mínima de 6 meses. O produto deverá atender às normas da ABNT e possuir certificação INMETRO, quando aplicável.	Unidade	10	R\$XXXX	R\$XXXX
130	Tinta Acrílica Fosca, volume 15L, cor Branco Neve, base água, para pintura em alvenaria. Garantia mínima de 6 meses.	Lata	10	R\$XXXX	R\$XXXX
131	Tinta Esmalte Sintético Alto Brilho, volume 3,6L, cor Cinza Médio, base solvente. Garantia mínima de 6 meses.	Galão	10	R\$XXXX	R\$XXXX
132	Tinta Esmalte Base Água Alto Brilho, volume 3,6L, cor Marrom Tabaco, base água. Garantia mínima de 6 meses.	Galão	5	R\$XXXX	R\$XXXX



Rio Grande do Norte
Assembleia Legislativa

133	Tinta Acrílica para Pisos, volume 3,6 L, acabamento fosco, uso interno e externo. Garantia mínima de 3 meses.	Galão	5	R\$XXXX	R\$XXXX
134	Conjunto de Tomada Dupla, placa tipo 4x2, 2P+T, corrente nominal 10A. Garantia mínima de 3 meses. O produto deverá possuir certificação INMETRO e seguir as normas da ABNT.	Conjunto	20	R\$XXXX	R\$XXXX
135	Conjunto de Tomada de Energia, 2 Módulos, 2P + T, corrente nominal 20A, cor branca, tipo de instalação embutir. Garantia mínima de 3 meses. O produto deverá possuir certificação INMETRO e seguir as normas da ABNT.	Conjunto	10	R\$XXXX	R\$XXXX
136	Tomada Dupla, sistema "X", corrente nominal 10A, tensão 250V, material termoplástico, modo de instalação sobrepor. Garantia mínima de 3 meses. O produto deverá possuir certificação INMETRO e seguir as normas da ABNT.	Conjunto	10	R\$XXXX	R\$XXXX
137	Tomada Dupla, sistema "X", 2P + T, corrente nominal 20A, tensão 250V, material termoplástico, modo de instalação sobrepor. Garantia mínima de 3 meses. O produto deverá possuir certificação INMETRO e seguir as normas da ABNT.	Conjunto	10	R\$XXXX	R\$XXXX
138	Torneira de Cozinha Gourmet, instalação de mesa (bica flexível), acabamento cromado, acionamento manual. Garantia mínima de 6 meses. O produto deverá atender às normas da ABNT e possuir certificação INMETRO, quando aplicável.	Unidade	5	R\$XXXX	R\$XXXX
139	Torneira de Parede para Cozinha, instalação de parede, tipo de bica alta, conexão 1/2", acionamento manual. Garantia mínima de 6 meses. O produto deverá atender às normas da ABNT e possuir certificação INMETRO, quando aplicável.	Unidade	5	R\$XXXX	R\$XXXX
140	Torneira Gourmet Flexível, instalação de parede, acabamento cromado, acionamento manual, material metal. Garantia mínima de 6 meses. O produto deverá atender às normas da ABNT e possuir certificação INMETRO,	Unidade	5	R\$XXXX	R\$XXXX



Rio Grande do Norte
Assembleia Legislativa

	quando aplicável.				
141	Torneira esfera com alavanca para jardim, conexão ½”, modelo galvanizado. Garantia mínima de 6 meses. O produto deverá atender às normas da ABNT e possuir certificação INMETRO, quando aplicável.	Unidade	10	R\$XXXX	R\$XXXX
142	Trincha, tamanho 1½ polegada, aplicação para esmalte e óleo, material plástico. Garantia mínima de 6 meses.	Unidade	10	R\$XXXX	R\$XXXX
143	Trincha Simples, tamanho 2” polegada, aplicação para látex e acrílica, material plástico. Garantia mínima de 6 meses.	Unidade	10	R\$XXXX	R\$XXXX
144	Verniz, base água, conteúdo 3,6L, acabamento acetinado, uso interno e externo. Garantia mínima de 6 meses.	Galão	5	R\$XXXX	R\$XXXX
145	Zarcão, conteúdo 3,6L, acabamento fosco, base solvente. Garantia mínima de 6 meses.	Galão	5	R\$XXXX	R\$XXXX
146	Forro de Fibra Mineral, dimensões 625×625×12mm, caixa com 12 peças. Nível de Eficiência Térmica Nível 1. Modelo e-decore. Garantia mínima de 6 meses.	Unidade	100	R\$XXXX	R\$XXXX

5.2. Os preços adotados incluem todas as despesas necessárias, no que couber às particularidades do objeto contratado, inclusive custos com materiais, impostos, taxas, transportes, fretes, instalações, depreciações, mão-de-obra, encargos sociais e trabalhistas, bem como quaisquer outras despesas inerentes aos serviços.

CLÁUSULA SEXTA – DAS CONDIÇÕES E CRITÉRIOS DE PAGAMENTO

6.1. O pagamento será realizado em até 20 (vinte) dias úteis, a contar do atesto da Nota Fiscal, salvo quando houver pendência de liquidação de qualquer obrigação financeira que for imposta à CONTRATADA, em virtude de penalidade ou inadimplência, depois de entregues os materiais



Rio Grande do Norte
Assembleia Legislativa

adquiridos, por meio de depósito em conta corrente, mediante Ordem Bancária.

6.2. A Nota Fiscal deverá ser apresentada devidamente preenchida e discriminada, em nome da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Norte, CNPJ nº 08.493.371/0001-64.

6.3. No momento de apresentação de cada Nota Fiscal/Fatura, deverá vir acompanhada de prova de regularidade fiscal da CONTRATADA, com a apresentação das seguintes certidões:

- a) Certidão Negativa (ou Positiva com Efeitos Negativos) de Débitos Trabalhista;
- b) Certidão Negativa (ou Positiva com Efeitos Negativos) de Débitos Municipais;
- c) Certidão Negativa (ou Positiva com Efeitos Negativos) de Débitos Estaduais;
- d) Certidão Negativa (ou Positiva com Efeitos Negativos) de Débitos Federais (CONJUNTAS);
- e) Certificado de Regularidade do FGTS (CRF).

6.3.1. Não estando em dia com as certidões negativas, a ausência das mesmas não configurará impedimento ao pagamento, porém a empresa será notificada para regularização fiscal.

6.4. Havendo erro na Nota Fiscal/Fatura ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, ela será devolvida pelo gestor à CONTRATADA e o pagamento ficará pendente até que se providencie as medidas saneadoras. Nessa hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da



Rio Grande do Norte
Assembleia Legislativa

situação ou reapresentação do documento fiscal, não acarretando qualquer ônus para a Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Norte.

6.5. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, creditada na conta corrente da CONTRATADA.

6.5.1. Dados Bancários da CONTRATADA:

- a) Banco: XXXXXXXXX;
- b) Agência: XXXXXX;
- c) Conta: XXXX.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO REAJUSTE

7.1. Os preços contratuais poderão ser reajustados após 01 (um) ano, contado a partir da data da apresentação da proposta e, para cobrir variações no custo dos serviços, tendo como referência o IPCA/IBGE, no período de um ano, e aplicado nos montantes dos pagamentos mensais, na forma da Lei.

7.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.3. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

7.4. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.



Rio Grande do Norte
Assembleia Legislativa

7.5. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços de valor.

7.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA OITAVA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da ALRN, na classificação abaixo:

Unidade Orçamentária: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX;

Função: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX;

Subfunção: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX;

Programa: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX;

Ação: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX;

Elemento Despesa: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX;

Fonte de Recurso: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX.



Rio Grande do Norte
Assembleia Legislativa

CLÁUSULA NONA – DOS CRITÉRIOS DE RECEBIMENTO

9.1. O recebimento seguirá o normativo interno da ALRN e o disposto no art. 140 e seguintes, da Lei nº 14.133/2021, conforme exposto a seguir:

9.1.1. **Provisoriamente**, no ato da entrega, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência, na proposta comercial, no Edital, no Contrato e na ordem de compra; e

9.1.2. **Definitivamente**, no prazo máximo 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento provisório, após a verificação mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais;

9.2. Se, após o recebimento provisório, constatar-se que os bens foram fornecidos em desacordo com as especificações contidas no contrato firmado, na respectiva proposta de preços e no Termo de Referência e neste instrumento, depois da contratada ser devidamente comunicada, esta terá o prazo improrrogável de 5 (cinco) dias úteis para entregá-los, desta vez, dentro das referidas especificações.

9.3. Enquanto pendente a solução, pela Contratada, das inconsistências verificadas na execução do objeto ou durante o recebimento dos bens, fica a Contratante desobrigada em processar o pagamento.

9.4. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência, na proposta, e neste instrumento, sem prejuízo da aplicação das penalidades.



Rio Grande do Norte
Assembleia Legislativa

9.5. O recebimento definitivo dos bens objeto deste Certame não exclui a responsabilidade da empresa contratada quanto aos vícios ocultos, ou seja, só manifestados quando da sua normal utilização pela ALRN, nos termos do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/90).

CLÁUSULA DÉCIMA – DOS DIREITOS E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

10.1. A contratada deve cumprir todas as obrigações constantes deste Instrumento e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

10.1.1. Manter preposto aceito pela Administração para representá-lo na execução da contratação, o qual poderá ser recusado pela Contratante, desde que devidamente justificado, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

10.1.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal da contratação ou autoridade superior (Lei nº 14.133/2021, art. 137, II) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

10.1.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos



Rio Grande do Norte
Assembleia Legislativa

ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

10.1.4. Não contratar, durante a vigência da contratação, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor da contratação, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

10.1.5. Manter durante toda a vigência da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na contratação;

10.1.6. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento da contratação;

10.1.7. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

10.1.8. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

10.1.9. Cumprir todas as obrigações e disposições previstas no Termo de Referência e na Nota de Empenho emitida pela Contratante, que substituirão, para todos os efeitos legais, o contrato quando este não for formalizado em instrumento próprio, inclusive quanto às infrações e aplicação de penalidades.



Rio Grande do Norte
Assembleia Legislativa

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOS DIREITOS E RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE

11.1. Além das obrigações resultantes da aplicação da Lei nº 14.133/2021, a contratante deverá ainda:

11.1.1. Averiguar, durante a vigência da contratação, todas as condições de habilitação e qualificação por parte da contratada, bem como para que seja mantida a sua compatibilidade com as obrigações assumidas;

11.1.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

11.1.3. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da contratada, no que couber;

11.1.4. Cientificar autoridade superior para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela contratada.

11.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução da presente contratação, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO PREPOSTO

12.1. A CONTRATADA designará o funcionário XXXXXXXXXXXXXXXX, telefone: _____, e-mail: _____ para representar a empresa e atender a



Rio Grande do Norte
Assembleia Legislativa

todas as demandas, questionamentos e solicitações da CONTRATANTE junto a este instrumento contratual.

12.2. Se por algum motivo o funcionário que atua como preposto for desligado da empresa, esta enviará automaticamente nova indicação.

12.3. A CONTRATANTE poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a CONTRATADA designará outro para o exercício da atividade.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA PREVISÃO DE PENALIDADES POR DESCUMPRIMENTO CONTRATUAL

13.1. A ALRN editou resolução n. 07 de 21 de março de 2023, a qual dispõe sobre a aplicação das penalidades previstas na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, instituindo o rito procedimental de apuração de responsabilidade de eventuais infrações praticadas por licitantes ou contratados, e regulamenta as competências para aplicação das sanções administrativas, que será aplicada nos casos cabíveis, conforme prescrições abaixo elencadas.

13.2. A Contratada será responsabilizada administrativamente pelas seguintes infrações:

- A) dar causa à inexecução parcial do contrato;
- B) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- C) dar causa à inexecução total do contrato;



Rio Grande do Norte
Assembleia Legislativa

- D) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- E) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- F) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- G) ensejar o retardamento da execução ou sem motivo justificado;
- H) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- I) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- J) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- K) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos do certame;
- L) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

13.3. O fornecedor que não cumprir integralmente as obrigações assumidas, nos casos previstos em lei, garantido o contraditório e a ampla defesa, estará sujeito às seguintes penalidades:

I. ADVERTÊNCIA

A) Nos casos em que este der causa à inexecução parcial do contrato, desde que não se justifique a imposição de penalidade mais grave, determinando que seja sanada a impropriedade e notificando que, em caso de reincidência, sanção mais elevada poderá ser aplicada.

II. MULTA

A) Por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021.



Rio Grande do Norte
Assembleia Legislativa

B) A multa poderá ser aplicada respeitando os seguintes percentuais:

- b.1) de 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor da proposta, nos casos em que a contratada deixar de apresentar a documentação exigida pelo certame;
- b.2) de 5% (cinco por cento) sobre o valor da proposta no caso em que a contratada não mantiver a sua proposta ou deixar de celebrar o contrato no prazo de validade da proposta;
- b.3) de 10% (dez por cento) sobre o valor da proposta no caso em que a contratada apresentar documento falso ou em caso de recusa injustificada em assinar o contrato ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração;
- b.4) de 20% (vinte por cento) sobre o valor da proposta no caso em que a contratada cometer fraude ou comportar-se de modo inidôneo no âmbito da contratação.

C) No âmbito do contrato e aditamentos, a sanção de multa poderá ser de caráter:

- c.1) moratório, na hipótese de atraso injustificado na entrega ou execução do objeto do contrato, no percentual de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso, conforme previsto em termo de referência, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente;
- c.2) compensatório, quando serão aplicados os seguintes percentuais:
 - i. de 10% (dez por cento), em caso de inexecução parcial do objeto pela contratada ou nos casos de rescisão do contrato, calculada de forma proporcional sobre a parte inadimplida;
 - ii. de 15% (quinze por cento) sobre o valor total do contrato, em caso de inexecução total do objeto.



Rio Grande do Norte
Assembleia Legislativa

III. IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR

A) Os contratados poderão ser impedidos de licitar e contratar no âmbito do Estado do Rio Grande do Norte, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, sem prejuízo das multas previstas no instrumento convocatório e/ou no contrato, bem como das demais cominações legais, nos termos do art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021, sendo imposta àquele que:

- a.1) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- a.2) der causa à inexecução total do contrato;
- a.3) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- a.4) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- a.5) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- a.6) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado.

IV. DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE DE LICITAR E CONTRATAR

A) A declaração de inidoneidade impossibilita o fornecedor ou interessado de participar de licitações e formalizar contratos com todos os órgãos e entidades da Administração Pública Direta e Indireta em todos os níveis federativos, precedida de análise jurídica, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, sendo aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos itens “a.1” a



Rio Grande do Norte
Assembleia Legislativa

“a.6” do inciso anterior que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento, bem como àquele que:

- a.1) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- a.2) fraudar ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- a.3) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- a.4) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
- a.5) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

13.4. As penalidades previstas nos incisos I, III e IV deste artigo poderão ser aplicadas conjuntamente com o inciso II, facultada a defesa prévia do interessado, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, especificando as provas que pretenda produzir.

13.5. As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si. E poderão ser descontadas dos pagamentos a serem efetuados.

13.6. Na aplicação das sanções administrativas de que trata este item, a autoridade administrativa levará em conta a natureza e a gravidade da infração cometida, as peculiaridades do caso concreto, as circunstâncias agravantes ou atenuantes, os danos que dela provierem para a Administração Pública, a culpabilidade do infrator, a intensidade do dano provocado e o caráter educativo da pena, segundo os critérios de razoabilidade e proporcionalidade.



Rio Grande do Norte
Assembleia Legislativa

13.7. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 156, III e IV da Lei nº 14.133/2021, as empresas que:

13.7.1. Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

13.7.2. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

13.7.3. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA EXTINÇÃO DO CONTRATO

14.1. Constituem motivos para extinção do contrato os descritos no art. 137 da Lei nº. 14.133/2021.

14.2. De acordo com o 138 da Lei nº. 14.133/2021, a extinção do contrato poderá ser:

14.2.1. determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

14.2.2. consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;

14.2.3. determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

PARÁGRAFO ÚNICO - A extinção determinada por ato unilateral da Administração e a extinção consensual deverão ser precedidas de



Rio Grande do Norte
Assembleia Legislativa

autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO CONTRATUAL

15.1. A servidora **ISIS LUANA TORQUATO DE LIMA TEIXEIRA**, matrícula nº 209.603-3 será fiscal titular, e o servidor **GEORGE MARINHO MELO**, matrícula nº 202.880-0, será fiscal substituto, e-mail: cial@al.rn.leg.br, telefone: (84) 3132-0061, e exercerão a fiscalização da contratação, registrando todas as ocorrências e deficiências em relatório, cuja cópia será encaminhada à contratada, mediante notificação, objetivando a imediata correção das irregularidades apontadas; também, adotarão as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais.

15.2. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da execução do objeto e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o seu perfeito cumprimento.

15.3. A fiscalização exercida no interesse do órgão contratante, não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ou ainda resultante de imperfeições, emprego de material inadequado ou de qualidade dos serviços, tendo-se que a sua ocorrência não implica corresponsabilidade do poder público ou de seus agentes e prepostos.



Rio Grande do Norte
Assembleia Legislativa

15.4. O Fiscal verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

15.5. As comunicações entre a ALRN e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

15.6. A Divisão de Gestão de Contratos e Convênios e o fiscal designado estabelecerão todos os contatos durante a execução do contrato, nos termos da legislação.

15.7. A Divisão de Gestão de Contratos e Convênios poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

15.8. Ao final do contrato, caberá ao fiscal emitir relatório quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho e eventuais penalidades aplicadas durante a execução contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA VIGÊNCIA

16.1. O prazo de vigência do Contrato será de **XX (XXXX) meses** iniciando-se na data da assinatura eletrônica, admitida a prorrogação por igual período, conforme disposto no Art.84 da Lei nº 14.133/2021.



Rio Grande do Norte
Assembleia Legislativa

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá a CONTRATANTE providenciar a publicação do extrato deste Contrato no Diário Oficial Eletrônico (DOE).

17.2. A CONTRATANTE providenciará a divulgação deste contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) como condição indispensável para a eficácia do contrato e de seus aditamentos e deverá ocorrer nos seguintes prazos, contados da data de sua assinatura:

- a) Até 20 (vinte) dias úteis, no caso de licitação;
- b) Até 10 (dez) dias úteis, no caso de contratação direta.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

18.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original, sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato, não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

18.2. As normas da contratação, no curso de sua vigência contratual, poderão ser alteradas, revogadas ou modificadas parcialmente ou integralmente, por acordo das partes contratadas, respeitadas as leis e regulamentos aplicáveis, mediante celebração do apropriado termo aditivo.



Rio Grande do Norte
Assembleia Legislativa

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DO FORO

19.1. As partes elegem o foro da cidade de Natal/RN, que prevalecerá sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas da execução deste contrato.

E, por estarem de acordo, depois de lido e achado conforme, foi o presente Contrato emitido, assinado pelas partes abaixo.

Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Norte,
Palácio “JOSÉ AUGUSTO”, Natal, na data da assinatura.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO RIO GRANDE DO NORTE
DEPUTADO EZEQUIEL FERREIRA – PRESIDENTE
CONTRATANTE

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX – REPRESENTANTE
CONTRATADA

ANEXO I - PROPOSTA